

INFORMATIVO DO PROJETO MANUELZÃO
E DE SUAS PARCERIAS INSTITUCIONAIS E SOCIAIS
PELA REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA
DO RIO DAS VELHAS



Manuelzão

Saúde, Meio Ambiente e Cidadania

U F M G

BELO HORIZONTE Março / 2003 ANO 6 Nº 22 DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Pampulha: recuperando mais que um cartão postal

Página 9



Escultura de August Zamoisky no Museu de Arte da Pampulha; ao fundo a lagoa

**Aterro sanitário da RMBH
provoca discussão sobre
destino de lixo das cidades**

Página 08

**Coordenador do curso de
Geografia da Newton Paiva
fala de preservação ambiental**

Página 12

**Confira o resultado do
concurso “Premiando a
Educação”**

Página 12

E·d·i·t·o·r·i·a·l

Águas malditas: um julgamento equivocado

Do ponto de vista científico, é questionável a impressão generalizada que ficou da relação causa/efeito entre as chuvas de janeiro último e os desabamentos de barracos, de pontes, de estradas e mortes na região metropolitana de BH. A ilusão surgiria em razão da estreita associação cronológica entre os eventos: chuvas abundantes e os desmoronamentos, levando a um diagnóstico errado com sérias consequências práticas e ideológicas. A quase totalidade das moradias da RMBH não desabou, nos esquecemos. E as chuvas, dadas dos céus, passam a serem malditas.

Recentemente, sofremos a ameaça do "apagão" e o povo brasileiro rezou pelas chuvas. As águas vieram abundantes, mas não estamos preparados para recebê-las. Pelo contrário, secularmente, fomos desarranjando o sistema geohidrológico da Terra, sobretudo pelo desmatamento e impermeabilização do solo - devido ao não-saber generalizado no uso e ocupação do território rural e urbano. A última grande intervenção na bacia do Arrudas, que foi o Prosam, seguiu o figurino ultrapassado das retificações e canalizações de córregos e impermeabilização de ruas. A grande esperança que surge em BH é o Drenurbs (tratamento natural dos vales e saneamento ambiental com criação de parques lineares e mobilização para o povo assumir estas obras). O reenquadramento da bacia do Isidoro, já aprovado em audiência pública por iniciativa louvável da Secretaria do Meio Ambiente de BH, é outro exemplo positivo.

A cobertura da grande mídia (meios de comunicação de massa), foi negativa. Ela não dispõe de jornalismo qualificado nestas questões, informando mal e confundindo mais que esclarecendo. Foi sensacionalista, procurando culpados no varejo e bodes expiatórios institucionais. Alguns poucos entrevistados fizeram a diferença. As prefeituras ficam na defensiva, ora por falta de propostas mais abrangentes, ora por impotência diante do vulto e natureza do problema acumulado em um século, e das cobranças de medidas imediatas por toda parte. A situação assume conotação política imediatista, impossibilitando um debate sincero e construtivo. Corremos o risco de não aproveitar o momento para equacionar esta questão.

O importante agora é fazer o balanço dos acontecimentos e formular uma proposta daqui para frente. Os locais mais atingidos foram vilas e favelas - casebres nas beiras de córregos e morros - e estradas. As famílias que sobrevivem na pobreza absoluta foram as principais vítimas. Mas poderia ter sido no Centro da cidade, na Cidade Nova, nas Av. Prudente de Moraes ou Prof. Moraes, locais que obras caras em passado recente deram uma trégua. Percebemos claramente a relação das tragédias com erros na gestão ambiental urbana e com a política de segregação social e técnica que condicionam o nosso crescimento econômico e a urbanização. Todas as áreas junto aos córregos e encostas deveriam ser imediatamente ocu-

padadas pelas administrações municipais, através de lei e com apoio da sociedade e do Judiciário, com projetos paisagísticos simples, preservando-as para outros usos, como lazer e expansão de cheias, antes que sejam invadidas para construção de moradias inseguras.

Os problemas que atingem a RMBH reclamam de planejamento ambiental, com integração sistêmica de setores administrativos municipais e estaduais, mais que de dinheiro nas secretarias de obras em cada município. O inchaço das periferias, devido ao êxodo rural, foi um fenômeno impressionante. O mercado econômico que atraiu a mão-de-obra rural para a indústria; o mercado imobiliário, que fez loteamentos totalmente sem sustentabilidade ambiental; as administrações municipais e estaduais, que não previram as consequências nem cuidaram do planejamento urbano (habitação, saneamento, educação), que trataram os problemas sociais com visão eleitoreira, que retificaram e canalizaram rios, matando-os junto com lixo e esgotos, as omissões e intervenções desastradas do pensamento das universidades, dos partidos e da sociedade civil, são todos parte do problema que aflorou em janeiro. As águas das chuvas funcionaram como instrumento de controle de qualidade das intervenções antrópicas de nossa civilização.

As águas estão no Gênesis.

"A Terra era um vazio, sem nenhum ser vivente, e estava coberta por um mar profundo. A escuridão cobria o mar, e o Espírito de Deus se movia por cima da água". Este Poseidon então criou a luz, a terra firme, os seres viventes e a humanidade, ordenando a casa. Durante as longas madrugadas em torno de 15 de janeiro e da condição ameaçadora das águas, todos queriam a luz do Sol, terra firme e viver em paz, como após o Dilúvio.

O conhecimento científico das leis naturais permite a substituição do medo e do sentimento de culpa diante dos deuses enfurecidos do passado, pela possibilidade da gestão consciente do ciclo geohidrológico no espaço territorial natural da bacia pluvi-fluvial, integrando participação social, educação ambiental, sustentabilidade econômica, social, ambiental, preservação da biodiversidade e dos ecossistemas naturais. Isto é do agrado dos deuses. A sintomática má relação com as águas não tem mais sentido e reflete o nosso profundo mal estar eco-civilizatório ao mesmo tempo que aponta o caminho da superação das atuais limitações de nossa consciência. As águas permeiam todos os sistemas: geológico, vegetal, animal, social. São o fio da meada destes processos e eixo da integração da história natural e social. Por isso, a tendência contemporânea de situar a questão ambiental no centro da questão do desenvolvimento e da ocupação do território, e de colocar as águas no centro da questão ambiental, traz consigo a tendência de reformular o pensamento técnico-científico viciado no pensamento setorializado e especializado, sem nenhum alcance sistêmico. As águas assumem, assim, transcendental papel metodológico na dinâmica das transformações de nossa mentalidade civilizatória.

Cartas

Outra visão

"Fico impressionado com a atitude das pessoas em amaldiçoar a chuva, logo que caem os primeiros pingos ao iniciar o período chuvoso. Já me cansei de dizer para essas pessoas quando perto de mim, que jogam "blasfêmias à São Pedro", para que elas parem e pensem um pouco. Podem olhar à sua volta, no horizonte, para baixo e não verão nada que não dependa da água e é lógico da chuva. Nem mesmo o piche do asfalto exclui a água no seu manejo e aplicação, nem mesmo o próprio coletivo que a transporta, etc. etc. Há muito noto que a mídia trata o período chuvoso como tempo ruim. O repórter diz: "O tempo vai melhorar hoje". Quer dizer: Fará Sol.

Assim como se a chuva fosse o fim da picada, tempo ruim. O homem do campo tem outra visão, ele precisa de chuva, muita chuva, é claro que não quer tromba d'água. A mídia tem que rever esta postura, pois esta colocação vai de encontro total às necessidades do homem do campo. O ruralista é um batalhador, não tem férias, é um herói. Não se vê homem do campo pedindo Sol para ir à praia tomar cerveja e bater pandeiro. O homem do campo não tem culpa do Poder deixar ou fazer vistas grossas para pessoas carentes se aboletarem em barrancos e lugares perigosos.

Essas pessoas vivem em risco 24 horas. É claro que não precisa chover muito para mostrar isso. O homem do campo não é culpado das grandes cidades serem mal-projetadas e geridas, fazendo com que as águas, achando só asfalto, cimento e córregos canalizados irão se juntando e bravamente procurando um mesmo desaguar, causando um dilúvio mais lá adiante. (...)

Arnaldo Vicente Pinto de Carvalho, BH/MG

Conscientização

"Parabenizo pela publicação Manuelzão, que para minha surpresa já está no 5º ano. Oxalá tenha vida longa e resultados palpáveis. Bem, no seu exemplar de nº 20, de setembro de 2002, li alguns artigos sobre os aspectos urbanos de capeamento do solo e me impressiono que hajam pessoas preocupadas com isso. Como cidadão de BH, entretanto, percebo que ainda estamos longe da conscientização das pessoas, e mais que isso, da efetiva ação em prol do ambiente.

Dentro do meu mundinho, visualizo que no bairro da Pompéia, que descobri há cerca de 8 anos, oriundo de um bairro que se encheu de prédios, está se extinguindo o espírito bucólico do verde, das casas com árvores frondosas e pomares apetitosos, das ruas calçadas de pedras, tidos como caducos e antiquados (pelos atuais moradores, alguns, herdeiros dos idosos que se tornaram inválidos ou já cumpriram seu papel nesse mundo), para serem substituídos pelo poderoso apelo do asfalto, carros velozes e prédios de apartamentos. A cidade urge, os espaços têm de ser tomados e a natureza subjugada, cantam os poetas dos novos tempos.

Estou lamuriendo? Pois vejam que no quarteirão que moro da rua Antônio Justino, durante esses 8 anos, apenas, deram fim, com autorização da Prefeitura, em cerca de 7 árvores, que não foram substituídas. E não serão. Atualmente, temos 5 árvores nos passeios. Imagino que essa epidemia seja geral, pois percebo que de dia claro, morcegos penduram-se nos galhos da árvore defronte à minha casa, às vezes pássaros exóticos, denotando o devastamento do verde em derredor.

Os meus vizinhos se vangloriam de terem ficado livres das produtoras de folhas que em seu julgamento apenas atrapalham a passagem das pessoas. Os passeios, realmente são estreitos. Quanto às ruas, querem a todo custo asfaltar. Na hora do almoço, nessas ruas estreitas, vejo passar céleres, carros com mães preocupadas em deixar seus pombinhos nas escolas, para depois continuarem "voando baixo". Imaginem se houver asfalto. Alego o incômodo da elevação da temperatura na presença do asfalto, a segurança das pessoas, o filtro e amortecimento da quantidade e velocidade das águas que é a rua calçada. Olham-me como se fôssemos um evangelizador de praça pública, e sorriem com desdém.

Aí, fico desanimado e ressuscito a máxima "só batendo com um gato morto até o gato miar".

Isso tem solução para essa vida, ainda?

Rubaiyat Pinheiro de Araujo Moreira, juclara@aol.com



Contatos com o Projeto:
Secretaria Geral - Neilliane C. Couto
(31) 3248-9818/19
Manuelzão vai à escola
(31) 3248-9810
Telefax
(31) 3248-9817 e 9819
www.manuelzao.ufmg.br
manuelzao@manuelzao.ufmg.br

Coordenadores

Apolo Heringer Lisboa-Coordenador geral
Antônio Leite Alves,
Marcus Vinicius Polignano,
Antônio Thomáz Gonzaga da Mata Machado,
Tarcísio Márcio de Magalhães Pinheiro. (Professores da UFMG)

Envie sua contribuição para o Jornal Manuelzão.

Redação e Edição

Elton Antunes (MTb 4415 DRT/MG), Sílvia Araújo, Jonas Rodrigues,
Louraidan Larsen, Luana Cury, Professora Maria Alice Emboava
Telefone: (31) 3248-9959

Projeto Gráfico e Diagramação
Procópio de Castro

Fotos

Arquivo do Projeto Manuelzão, Breno Nunes, Carlos Eduardo Mascarenhas, Centro Universitário Newton Paiva, Cida Santos, Paulo Bem, Paulo Martins e Procópio de Castro

Impressão

Sempre Editora

Tiragem

100.000 exemplares

É permitida a reprodução de matérias e artigos, desde que citados a fonte e o autor. Os artigos assinados não exprimem, necessariamente, a opinião dos editores do jornal e do Projeto Manuelzão.



Saneamento no Brasil - há soluções possíveis

José Nelson de A. Machado *

As pessoas com mais de 50 anos frequentemente lamentam sobre o fato de que, em sua infância, os rios eram mais limpos e tinham peixes. Essa afirmativa seria mero saudosismo na base do "antigamente, a vida era melhor" ou seria uma constatação da realidade? A resposta é: isso é verdade. O que apresentamos, a seguir, pretende mostrar como essa degradação vem ocorrendo no passado recente.



No Brasil, ao final dos anos 50, apenas 40% da população habitava as cidades. Estas, por sua vez, não eram tão grandes como são hoje. Belo Horizonte e sua região metropolitana - que têm hoje população de 4,4 milhões de habitantes - possuíam apenas cerca de 1,0 milhão àquela época. E toda essa população consome água e naturalmente produz resíduos - esgotos e lixo, cada vez mais significativos.

Até 1970, os serviços de saneamento não tinham planejamento definido. E muito menos disponibilidade de financiamento. Algumas poucas cidades conseguiam verbas, mas ainda assim esbarravam em dificuldades operacionais. Foi quando o Governo Federal instituiu o PLANASA - Plano Nacional de Saneamento, cujo objetivo era financiar a implantação de serviços de água e esgotos mediante a utilização de recursos financeiros do FGTS. Em Minas, a COPASA MG foi instituída para fins de implantação e expansão dos serviços de saneamento básico, e em nível do Estado. Houve, assim, maior disponibilidade de recursos. Mas o déficit era tão grande, que foi necessário priorizar as demandas, dando-se ênfase - de início -

aos serviços de água.

Numa comunidade carente de tais serviços, ninguém questiona o que tem que ser feito. Em primeiro lugar, é o abastecimento de água - em qualidade e quantidade adequadas. Um bom sistema de abastecimento pode resolver até 85% dos problemas sanitários de uma comunidade. O que foi sendo construído, a partir daí, em sistemas de esgotos, ficava restrito às suas redes coletoras. Para a população atendida com água não havia do que reclamar, pois que "tirando a sujeira do meu pé, o problema está resolvido" - conforme o dito popular.

Com o aumento da quantidade de água disponível por habitante e a rede coletora lançando os esgotos diretamente nos cursos d'água, a degradação dos córregos e rios piorou a olhos vistos. E num prazo relativamente curto

Se para a solução dos sistemas de água e esgotos, que contou com boa estrutura de gestão e recursos, se enfrentou tantas dificuldades, para a questão do "lixo" - também incluído no saneamento básico das comunidades - a situação foi muito pior. A indigência de recursos colocou o lixo como o primo pobre do saneamento urbano. A sua destinação final, na maioria das cidades, tem sido o velho "lixão" - sem qualquer controle sanitário e ambiental e, em geral, localizado às margens dos cursos d'água.

Deve-se ressaltar que os serviços e obras de esgotos são de custo mais elevado - e tecnicamente mais complexos - do que as estações de tratamento de água. No primeiro caso, as tubulações são mais profundas, sofrem danificações com mais frequência e as suas estações de tratamento - as ETEs - são cerca de seis vezes maiores em área física construída. Serviços e obras de esgotos demandam, portanto, investimentos e tarifas maiores que as de água. Na Europa, os custos da prestação desses serviços são de 1,5 a 3,0 vezes superiores aos de água.

A nossa população no geral - evidentemente, por desconhecer esse fato - ainda apresenta alguma resistência em aderir

aos sistemas de esgotos públicos, devido ao valor da fatura da prestação de tais serviços. Exemplo disso, é o que acontece em Lagoa Santa. A COPASA construiu ali, há cerca de quatro anos, um moderno e completo sistema de esgotos, inclusive com interceptores na lagoa e estação de tratamento. Isso serviria para enquadrar aquela cidade em melhores indicadores de IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, tendo em vista as infraestruturas existentes não só para esgotos como para água. E até hoje, somente 40% da sua população aderiu aos serviços de esgotos.

No nosso país, e desde a década de 80-90, com o despertar de uma "consciência ambiental", a sociedade vem pressionando cada vez mais para a mudança do quadro geral relativo à degradação do nosso meio ambiente. Mas vejamos que o controle da degradação ambiental não se restringe simplesmente aos aspectos do saneamento básico. Ao contrário, extrapola-os.

Na Grande BH, registram-se, recentemente, empreendimentos de vulto da COPASA através dos projetos e obras das ETEs Arrudas e Onça, cujo objetivo direto é a despoluição do Rio das Velhas, sem contar outras de menor porte e finalidades regionais, a exemplo do Sarandi na Pampulha. Por parte dos Municípios, além dos aterros sanitários de sua iniciativa, realça-se a sua ação fiscalizadora sobre as infrações em geral cometidas por particulares, e até mesmo por órgãos públicos.

Todavia, não se combate a degradação do meio ambiente só com políticas, recursos financeiros, empreendimentos e ações fiscalizadoras do poder público. É igualmente fundamental a "mudança de padrões culturais" do nosso povo, sem a qual as demais ações perdem muito da sua relevância, e mesmo do seu alcance. Por exemplo, vejamos que a Praça Sete de Setembro - coração geográfico de Belo Horizonte - é varrida oito vezes ao dia e permanece suja, porque se joga lixo fora das lixeiras.

José Nelson de A. Machado - Diretor Nacional da ABES - Ass. Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental

Aterro sanitário é uma discussão nacional

Apolo Heringer Lisboa *

O debate do aterro sanitário em BH é um debate nacional. O Governo Federal pretende estabelecer uma política única, que englobe saneamento básico e a política sobre o tratamento do lixo estará incluída. A idéia é dar um enfoque global aos problemas do saneamento ambiental. O aterro sanitário só é necessário como destino final de resíduos inaproveitáveis, após a transformação da matéria orgânica na compostagem e dos materiais recicláveis pela indústria. E temos a obrigação de nos prepararmos para isto, como prioridade.

A concepção do grande aterro centralizado e universal, para onde tudo é levado, que virou moda enquanto diretriz única para superar o lixão, independente se aderem ou não à biorremediação, é coisa do passado, é cara, e deve ser enterrada. A população rejeita estas obras em seu bairro, como no caso do Capitão Eduardo, em BH, e está na hora de mudar o paradigma e propor alternativas tecnológicas e econômicas muito mais lógicas. A base desta mudança é a gestão do lixo com mobilização social e educação ambiental, no território da bacia hidrográfica. Neste sentido, a PBH precisa ouvir a sociedade e tomar uma decisão arrojada, baseada na revisão de suas próprias premissas.

O chorume, produzido em grande quantidade nos aterros, está sendo enviado para os nossos rios. Seu grande volume e poder poluidor, medido em DBO (demanda bioquímica de oxigênio), não está sendo convenientemente tratado, por dificuldades técnicas, por falta de investimentos, por má avaliação geológica das possibilidades de tratamento. Mas, ainda que fosse tratado, a centralização nos grandes aterros sanitários gera grandes impactos com transporte e não dá retorno sócio-econômico, só despesas para sua manutenção.

A concessão municipal de aterro a empresas privadas gera o seguinte paradoxo: quanto mais lixo recolherem e levarem para os aterros, maior o lucro da empresa; e ambientalmente, quere-

mos o contrário: reaproveitar e transformar a maior quantidade de lixo possível, gerar empregos, e desenvolver tecnologias, estimular empresas, descentralizar, economizar energia e matéria prima. A gestão do lixo é complexa, e inclui a diminuição do próprio volume de lixo produzido, através de mudanças de hábitos sociais e de procedimentos industriais, inclui a legislação ambiental e uma política de incentivos ao desenvolvimento de empresas nesta nova área. Se as prefeituras entregam esta gestão a uma empresa, quem irá tomar medidas radicais para mudar o modelo da gestão do lixo e ca-minhar para implantar a compostagem e a reciclagem? Teria sentido colocar bilhões de reais de dinheiro público nestas empresas enquanto os catadores poderiam se transformar numa grande categoria profissional em atividade social e ambientalmente importante, podendo dispor de equipamentos de transporte tecnologicamente mais avançados que a tração muscular, para a maior produtividade da coleta porta a porta, ou ponto a ponto, geradora de emprego através de cooperativas ou de pequenas novas empresas?

Nas grandes cidades do mundo a disputa pelo filão da coleta do lixo para aterramento está gerando corrupção e máfias, devido ao grande volume de lixo e dinheiro envolvido. Eles não estão preocupados em mudar o perfil sócio-ambiental da questão. O próprio perigo do lixo hospitalar foi dramatizado, sendo que boa parte dele é lixo comum, e o próprio lixo domiciliar tem muito de lixo hospitalar. A segregação do lixo hospitalar com potencial infectante, que é mínimo, é fácil de resolver e poderá ir para o aterro residual. Sem falar no "lixo líquido" de doentes, presentes nos esgotos domésticos e hospitalares, lançados hoje nos rios e aguardando solução. Não afasto a possibilidade da empresa privada contribuir na questão do lixo, mas que seja priorizando a compostagem e a reciclagem, a geração de empregos para os catadores melhor equipados, descentralizando o destino final do lixo e estimulando a coleta binária, isto é,

lixo molhado e lixo seco. Lixo molhado é resto de comida e outras matérias orgânicas, como podas de árvores e jardins; e lixo seco, são papéis, papelões, vidros, plásticos, latas, ferro. Bastaria que cada residência fosse estimulada a fazer esta simples seleção binária e a coleta porta a porta seria adaptada a esta nova condição. O lixo seco não precisaria ser coletado todo dia, pois não fermenta, nem produz chorume, e poderia esperar mais tempo. Poucos itens não se adaptariam nesta formatação binária, como absorventes, pásticos e isopor com restos orgânicos. Problema a ser pensado. Já o entulho de construção, inerte, seria destinado à reciclagem, ou para recuperação de voçorocas, ou construção de casas populares. Assim, os aterros residuais seriam de menor porte e teriam vida longa, sem impacto importante.

Para tudo isto dar certo é preciso investir na mobilização social, mas na mobilização social inteligente. Está aí a grande e central questão, não somente para a questão do lixo, quanto para o combate às epidemias, para a promoção da saúde, para administrar melhor a cidade, para alcançar a plena cidadania em todas as frentes. No caso de BH e região metropolitana teríamos que iniciar agora a preparação da nova forma de gestão do lixo, modificar os pressupostos que hoje estão colocados pela administração pública, e explicar este problema para o governo, a população e os empresários, para que todos compreendessem o seu papel fundamental no equacionamento e solução deste grande problema da vida urbana. É fundamental incentivar os empresários; a formação de novas empresas voltadas para a compostagem e reciclagem do descarte, é um desafio da contemporaneidade aos nossos empresários. E descentralizadamente, pois a grande concentração seja de população, seja de lixo, seja de esgotos, seja de carros, gera problemas sócio-ambientais incontornáveis.

Apolo Heringer Lisboa, Professor da Faculdade de Medicina da UFMG e coordenador do Projeto Manuelzão

Projeto quer diálogo entre todos os envolvidos

Luana Fleury

Estudante de Jornalismo do Centro Universitário Newton Paiva

Uma nova proposta apresentada ao Copam (Conselho Estadual de Política Ambiental) pretende facilitar o diálogo entre mineradoras e as comunidades em torno dos licenciamentos e dos impactos ambientais que envolvem a atividade. E pode se tornar um modelo para outras regiões cujos problemas exigem agilidade e prevenção de conflitos. De autoria de Thomaz Mata Machado, integrante do Projeto Manuelzão e representante da sociedade civil no Copam, a nova proposta aparece na categoria das Organizações Não-Governamentais, e sugere que as negociações se dêem nos debates informais e não nas altas esferas do poder. A idéia é criar Comitê da Sub-bacia do Ribeirão Macacos para sediar os debates entre as empresas e os moradores de regiões minerárias e todos os demais agentes envolvidos, como prefeituras e órgãos estaduais, através do consenso nas decisões.

A idéia surgiu quando uma mineradora solicitou uma nova licença para exploração na região de São Sebastião das Águas Claras (distrito de Nova Lima, mais conhecido como Macacos), próximo ao ribeirão Macacos. "Houve um pedido de licenciamento para exploração na região e me lembrando daquele acidente que no ano passado trouxe enormes prejuízos para Macacos, decidi tentar encontrar um caminho de

mediação entre as partes, que atue antes e não depois de um acidente ou conflito", explica Mata Machado.

Segundo o autor da proposta, os conflitos têm origem no uso dos recursos naturais. "O ribeirão Macacos tem usos bastante incompatíveis: de um lado a expansão urbana com seus condomínios de luxo e os moradores que não querem a atividade das mineradoras; do outro, as mineradoras, que movimentam a economia local com a extração", diz. "Os moradores usam a água para beber, as mineradoras precisam dela para lavar o minério", completa.

Para se diminuir os impactos ambientais causados pela mineração existem normas específicas que regulamentam a atividade. Cabe ao Copam, normatizá-las e fiscalizá-las. Mas para Mata Machado, resultados concretos dependem também do diálogo. "As regras, na prática, adiantam pouco. Acho que a solução dos conflitos depende de um debate permanente, de uma gestão local da bacia. A idéia é criar um comitê da sub-bacia do ribeirão Macacos, onde os representantes dos condomínios, da prefeitura, das mineradoras, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e outros atores envolvidos se sentem pra discutir os caminhos a seguir", defende. A própria prefeitura de Nova Lima realizou um seminário em fevereiro sobre a sub-bacia do ribeirão Macacos, iniciativa que a coordenação do Projeto Manuelzão considerou correta: as sub-bacias do Velhas têm problemas urgentes para resolver e a

agilidade das iniciativas dá legitimidade para cobrar soluções das instâncias superiores.

Para o representante do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, José Maurício Ramos, a criação do sub-comitê não trará grandes benefícios à bacia. "Apesar de ainda não conhecer as políticas e diretrizes que vão nortear tal comitê, a impressão que tenho é de que o verdadeiro objetivo é fazer uma campanha contra as mineradoras sob o pretexto de estar lutando pela melhoria da qualidade da água. Querem sim atribuir à mineração todos os danos da bacia. Além do mais, o CBH Velhas é o órgão competente para gerir quaisquer conflitos e decisões que envolvam a bacia, é o comitê oficial e tem de ser respeitado", defende.

A proposta esbarra na esfera da interpretação da lei por alguns. Para Mata Machado, governos e mineradoras precisam compreender a contribuição das negociações locais e do incremento da participação social na dinamização do processo decisório. Sem dúvida, o CBH-Velhas é a instância deliberativa. No final de abril acontecerá um seminário para discutir a formação do comitê do ribeirão Macacos. Ele funcionará como instância local propositiva e co-gestora, a exemplo do que já acontece com o Comitê do rio Cipó e do ribeirão da Mata. Estes comitês poderão pleitear o reconhecimento ao CBH-Velhas de seu papel complementar.

Cidades da bacia do Cipó discutem parceria com Turismo da Fumec



Sílvia Araújo e Carolina Silveira

Estudante de Comunicação da UFMG

O segundo encontro do comitê Cipó recebeu a visita de um grupo de alunos do curso de Turismo da Fumec - Fundação Mineira de Educação e Cultura. A reunião aconteceu no dia 28 de fevereiro último, na Escola Estadual José Ribeiro, em Baldim. Os alunos assistiram debates entre os integrantes do comitê sobre o problema do recolhimento e destino final do lixo na região e a necessidade de se planejar o turismo em toda região do Cipó.

O coordenador do curso, José Henrique, explicou que o turismo explorado de maneira racional é um dos maiores propulsores da economia. No entanto, ele alertou aos membros do comitê Cipó: "para a atividade turística se desenvolver de forma sustentável é preciso que seja planejada".

Além disso, muitas vezes uma atração turística não significa um potencial turístico. "Um município pode ter uma cachoeira maravilhosa, mas que não tem estrada de acesso, estrutura de serviços, como hospedagem e alimentação, e condições de proteção ambiental", explica o professor.

Para avaliar o potencial turístico de Baldim, Santana do Riacho, Jaboticatubas e Santana do Pirapama, a Faculdade de Turismo da Fumec poderá firmar uma parceria com as quatro prefeituras. Segundo José Henrique o trabalho começará com um inventário turístico em que serão mapeados os "pontos positivos e negativos" de cada município. Depois disso será feito um diagnóstico em que serão propostos projetos para tornar o turismo sustentável na região.

José Henrique diz que a confirmação da parceria depende ainda de resposta da coordenação geral da Fumec. "Pra gente será ótimo participar desse projeto", afirma Liliane Alves Carmo, estudante do 5º período. Ela conta que seu interesse maior é justamente na área de planejamento turístico, considerando também o planejamento ambiental. "Na reunião do Comitê ficamos sabendo de problemas internos, como o lixo. Posteriormente podemos trabalhar isso também", planeja Liliane.

Uma parceria para mudar o curso da história

O Centro Universitário Newton Paiva caminha com a UFMG há um bom tempo no Projeto Manuelzão. Agora elas estão juntas em outra conquista, o Ranking do Provão 2002. A Newton, em sua bem-sucedida parceria com este Projeto, e a UFMG mostram à comunidade que melhorar o curso do Rio das Velhas é também mudar o curso da história de muitos estudantes, que podem contar com instituições de excelência.

Ranking do Provão 2002

Instituições com cinco ou mais cursos avaliados (*)

Classificação	Instituição	Índice	Cursos Avaliados
1	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	94,1%	24
2	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	93,8%	13
3	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	93,0%	23
4	Centro Universitário Newton Paiva	91,6%	12
5	Universidade de Brasília (UNB)	91,3%	21
6	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	90,9%	22
7	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	89,4%	19
8	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	88,1%	22
	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	88,1%	22
9	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)	88,0%	15
10	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	87,7%	17

(*) A metodologia utilizada na elaboração desse ranking foi a mesma adotada pela Universidade de Juiz de Fora, e publicada no Jornal Provão de Minas de 7 (01/02) e no Jornal O Tempo de 02/01/03.

Metodologia usada para a definição do Ranking do Provão
Os conceitos do Provão foram substituídos por uma escala de 1 a 5 pontos atribuindo-se conceito A - 5 pontos; o conceito B - 4 pontos; o conceito C - 3 pontos; o conceito D - 2 pontos e o conceito E - 1 ponto. Totalizando o número de pontos obtidos de acordo com essa escala, calculou-se o percentual sobre o total de pontos que poderia ter sido obtido.

NEWTON PAIVA
O seu Centro Universitário

Córrego do Brejinho em BH ganha novos parceiros

Marco Antônio Pessoa
Estudante de Comunicação da UFMG

Os alunos da 5ª série da Escola Estadual Anita Brino Brandão, no Bairro Jaraguá, expuseram um trabalho mostrando a poluição, assoreamento e ocupação indevida das margens do córrego do Brejinho, na Pampulha, afluente do ribeirão da Onça. A exposição aconteceu no dia 13 de dezembro durante uma feira de cultura realizada no colégio e demonstra que o meio escolar está preocupado com a causa ambiental.

O trabalho foi coordenado pela professora de Ciências, Marina Ramos Vilela, e contou com a participação de 36 alunos. Ele foi o resultado de uma visita ao córrego do Brejinho, orientada pela bióloga Jane Boaventura, membro do Comitê Manuelzão do Córrego do Brejinho e que fez uma exposição para os alunos sobre as atuais condições e a importância de reverter a situação. O trabalho também mostrou um pouco da fauna e da flora do córrego e uma pequena apresentação teatral foi realizada para os pais e demais alunos mostrando os perigos da poluição e do mau uso da água. Toda a escola foi envolvida em torno do tema através de concursos de redação e desenho.

"Eu gostei muito do trabalho, foi bom para a gente conhecer um pouco mais do Brejinho, seus bichos, suas plantas, suas nascentes. Foi muito legal", diz o aluno Diego Luan Baptista. Os alunos aceitaram muito bem as atividades, como atesta a mãe de uma das alunas da classe, Eloisa Helena Campos, dizendo que sua filha chegou em casa eufórica após a visita. A professora Marina Campos diz que pretende continuar trabalhando com educação ambiental, porém não pode afirmar que o trabalho terá continuidade neste colégio, pois será transferida em 2003.



Nascente córrego Brejinho coberto por taboal em antiga visita de alunos e membros do Comitê Manuelzão

Regiões cársticas, conhecer para preservar

Pedro Amorim Corrêa
Estudante de Comunicação da UFMG

Rochas sedimentares formadas essencialmente por Carbonato de Cálcio. Esse é o principal tipo de relevo que origina a formação das chamadas regiões cársticas. Utilizado para designar rochas que se dissolvem com facilidade, o termo carste deriva da palavra servo-croata karst e está relacionado às paisagens calcárias.

Embora o termo seja pouco conhecido pela população, as regiões cársticas estão mais próximas do que muitos podem imaginar. Localizada a cerca de 30 km ao norte de Belo Horizonte, o Carste de Lagoa Santa é considerado o berço da paleontologia, arqueologia e espeleologia. "A região possui uma grande riqueza paleontológica, com preservação de fósseis humanos e animais" afirma a conselheira do Projeto Manuelzão e professora do Departamento de Geologia do Instituto de Geociências da UFMG, Maria Giovana Parizzi. Grande parte da área cárstica situa-se no interflúvio do rio das Velhas, a leste, e ribeirão da Mata, a oeste-sudoeste.

Por meio do processo de corrosão química, a água original e modela as formas do carste. O alto grau de solubilidade do Carbonato de Cálcio, aliado à passagem de água no local acarreta a formação de grandes feições nas rochas originando vazios, como cavernas e grutas. Segundo Parizzi, essa "é uma dinâmica natural, não implica necessariamente na ação do homem. Desde que haja água infiltrando vão se formando vazios e grutas".

Problemas

Atividade de mineração, pisação, acúmulo de lixo e quebra das estalactites são os principais fatores de degradação das cavernas e grutas da região cárstica de Lagoa Santa. A atividade de mineradoras pode causar danos irreparáveis, por desviar o fluxo de cursos d'água e depositar detritos no local, e rupturas com as detonações de explosivos.

A população que reside em regiões deste tipo deve ter cuidado para, quando da construção de suas moradias,

averiguar as condições do solo para que não ocorram problemas futuros. "Há reclamações de moradores sobre pequenos tremores de terra. Na verdade é o solo se acomodando" ressalva Parizzi. Isso ocorre devido ao alto grau de solubilidade do solo cárstico. A ocorrência de fluxos d'água altera sua rigidez e causa as acomodações.

Outro risco grande é a poluição da água. Os grandes vazios existentes propiciam o surgimento de uma rede hidrográfica interna, com extensos canais subterrâneos, transportando a água poluída para diversos locais e contaminando rios e lagoas. "Em geral a população não tem consciência disso", alerta Parizzi.

A implantação de uma Área de Proteção Ambiental na região (APA Carste Lagoa Santa) reflete a necessidade de se preservar e valorizar o local, não somente pela sua importância turística, mas também pelo elevado valor histórico. A região é considerada uma das mais importantes do país, seja pelo pioneirismo no estudo de sua composição, seja pela quantidade de cavernas por área.

Itabirito terá um Comitê Manuelzão na zona rural

Ana Fazito e Ingrid Aguiar
Estudantes de Comunicação da UFMG

O distrito de São Gonçalo do Bação, em Itabirito, vive a expectativa da formação do Comitê dos Ribeirões Saboeiro e Carioca, afluentes do rio Itabirito. Membros da comunidade, professores das Universidades Federais de Minas Gerais e de Ouro Preto, estagiários do Internato em Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina fazem parte de uma comissão que organiza o novo Comitê. Esta iniciativa tem apoio da Secretaria de Saúde, da Emater e da Secretaria de Meio Ambiente de Itabirito, coordenados pelos representantes do Projeto Manuelzão Ronald Guerra (Ronim) e Mauro Antônio de Souza, dentista residente em São Gonçalo do Bação.

Desde 12 de setembro passado, quando foi apresentada a proposta em uma reunião, a coordenação realizou encontros que aconteciam na maioria das vezes quinzenalmente, nos quais discutia propostas, apresentava planos de ação e estudava órgãos ambientais e políticos que poderiam ajudar em uma melhor atuação do comitê. Ao final, em reunião realizada dia 22 de fevereiro com a comunidade

de São Gonçalo do Bação, apresentaram o resultado dessas discussões.

Ronald Guerra explica que em Itabirito já existe um esforço para cuidar das questões que envolvem o rio de mesmo nome. Mas, segundo ele, essa atuação não é muito efetiva, pois tem uma participação essencialmente urbana e o distrito de São Gonçalo do Bação é predominantemente agrícola. "Apostamos nesse comitê para termos uma atuação mais rural do Projeto Manuelzão na área", afirma Roninho.

No dia 15 de março haverá um Seminário para apresentação oficial do comitê à sociedade. Aberto a toda a população de Itabirito, o evento irá contar com convidados como Apolo Heringer Lisboa, coordenador-

chefe do Manuelzão, representantes da Universidade Federal de Ouro Preto e da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de MG), além de membros do comitê e da prefeitura de Itabirito.



Assoreamento da nascente da cabeceira do ribeirão Carioca, provocado por mineração de caulim

Corinto e Joaquim Felício: saúde com informação de qualidade

Estagiários de Saúde Coletiva da UFMG apostam em interlocução com a comunidade para melhorar atendimento

Luana Cury

Estudante de Jornalismo do Centro Universitário Newton Paiva

Fabiana Lopes Faria, de 16 anos, entra no consultório sentindo dores. Atenciosa, a médica a recebe e pergunta o que ela tem. "Arranhei minha perna em uma folha de zinco há uns quatro dias. Achei que ia sarar, mas agora deu uma íngua e eu estou sentindo muita dor para andar", conta a adolescente. Esse é um dos muitos casos que a estagiária de medicina Joana Luiza de Lima, 24 anos, e a colega Carolina Tavares Marques, de 25, atendem diariamente, como estagiárias do "Internato Rural" da UFMG, no município Joaquim Felício, que tem pouco mais de 3700 habitantes.

Mal começa a nossa conversa e já chega outra paciente: dona Brasilina Ferreira da Silva, de 58 anos, que sente dor no peito e diz que o nariz está escorrendo. Também sente febre algumas vezes mas não consegue detectar a temperatura, já que não tem dinheiro para comprar um termômetro - e essa é apenas uma das dificuldades que os pacientes carentes enfrentam. "Muitos exames que não são feitos aqui têm que ser requisitados nas cidades mais próximas e isso pode levar até meses", explica Joana Luiza.

Os estagiários também têm de aprender a lidar com o baixo nível de instrução da população. "Tivemos uma paciente que infeccionou o pé depois de furá-lo em um prego. Teríamos de fazer uma pequena cirurgia para limpar o local. Ela se recusou e não tomou nenhum remédio. Chegamos a ir à casa dela mas não adiantou", lembra Carolina. Outro problema, também ligado à questão social, é a dificuldade econômica. "Muitos pacientes da zona rural não voltam ao consultório porque não podem pagar a passagem do ônibus - R\$ 2,70 -, que vem só até o centro da cidade", completa a estudante.

Joaquim Felício é um município calmo, uma típica cidade do interior, com problemas ambientais e de saúde cuja solução depende principalmente da conscientização e da melhora da qualidade de vida da população. "Várias crianças têm vermes, as mães deixam os filhos brincarem descalços na terra e acham que não há problemas nisso. Muitos moradores preferem não beber a água da Copasa por acharem que não é boa", conta Joana.

No entanto, para o secretário de Saúde e Meio Ambiente do município, João Carlos da Silva, a qualidade de vida dos



A estagiária de medicina Joana Luiza de Lima examina Fabiana Faria, em Joaquim Felício

moradores está melhorando significativamente. "Nós temos empenhado recursos na área da saúde, levando saneamento básico à população e já temos um aterro sanitário pronto para substituir um lixão que trazia mau-cheiro e doenças - mas não estamos com nenhum caso de dengue e não temos registros de doenças como Tuberculose e Hanseníase há mais de um ano", afirma.

O posto de saúde da cidade consegue atender de forma satisfatória os casos básicos. Outros exames e tratamentos de doenças como a AIDS, ainda que raros, são mandados a Montes Claros. Como em qualquer outra cidade pequena do interior, a melhoria da saúde depende de investimentos. Numa cidade onde a função pública, a agricultura de subsistência e o trabalho artesanal são as únicas formas de renda, esse objetivo esbarra na falta de recursos.

A alguns quilômetros dali encontramos uma outra cidade. Corinto, bem maior que Joaquim Felício, com um expressivo comércio onde lojas, bares e pizzarias se destacam. Mesmo assim, também convive com vários problemas na área da saúde, principalmente quando se fala da zona rural. "Lá, o nível sócio-econômico da população agrava os problemas", explica Wanda Cardoso, estagiária do "Internato Rural" em Corinto. "As pessoas acham, por exemplo, que a água gelada já está tratada. Como na zona rural não existe posto de saúde, improvisamos um em uma escola velha e trabalhamos com o que temos", acrescenta a estudante Juliana Brandão.

Mas, para Wanda Cardoso, trabalhar no interior tem um

diferencial importante: "o retorno do paciente é muito maior; se ele for bem atendido, vai voltar e se consultar com você. Não é como num posto de saúde de Belo Horizonte, onde a consulta tem de ser rápida porque sempre há filas de espera e onde cada vez que esse paciente voltar, vai ser atendido por um médico diferente. Trabalhando em uma cidade pequena, o médico pode conhecer o seu paciente a fundo, cria um vínculo com ele", afirma.

Juliana e Wanda produzem, em conjunto com a equipe da rádio municipal, um programa semanal sobre os problemas de saúde e seus respectivos tratamentos. Cada programa aborda uma doença e o critério de escolha dos temas é a observação: "com base nos problemas que a gente detecta na população é que escolhemos o tema", diz Juliana.

Mudança depende de mobilização

Corinto se prepara agora para receber o PSF, Programa de Saúde da Família, que promete melhorar o quadro da saúde para os 24.546 habitantes. A prefeitura também está tentando, através de um convênio, fazer com que o único hospital da cidade, que é particular, passe a atender toda a população. Tanto em Joaquim Felício quanto em Corinto, a minimização dos problemas depende de esforços integrados, do poder público e da sociedade civil.

A mudança começa também nas escolas, com o trabalho dos comitês locais do projeto Manuelzão. Em Corinto, cada escola adotou uma nascente. "Os meninos visitam a nascente, cercam os limites dela e a vigiam para ninguém jogar lixo", conta Márcia Lúcia Diniz, coordenadora do comitê local - as crianças sabem que a saúde depende também da qualidade da água que ingerem. Em Joaquim Felício um problema são os resíduos deixados nos cursos d'água pelas tradicionais lavadeiras, que lavam roupa nos rios. Uma reunião marcada com elas tinha por objetivo mostrar que há formas ambientalmente corretas de se exercer o ofício. Ninguém compareceu.

Mas a batalha não pára por aí. Desistir seria fácil demais. Joana, Carolina, Wanda e Juliana sabem disso. Sabem também que a conscientização da população, através da educação, virá a longo prazo. Mas elas sairão do Internato com a sensação de ter contribuído sensivelmente para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas, deixando frutos para o futuro.

Estagiário amplia formação profissional com trabalho comunitário

Vida de estagiário não é fácil, dizem. É um meio-termo entre o profissional e o estudante com muitas responsabilidades. Ninguém contesta é que o estágio é fundamental, pois é através dele que o estudante coloca em prática o que aprende na sala de aula. Muitas vezes o estágio é decisivo para a formação profissional do aluno e abre novos horizontes para o mercado de trabalho. Foi o que aconteceu com Tiago Resende.

"O homem não vê a natureza como aliada dele, mas como produto", afirma Tiago Resende Alves, aluno do 7º período do curso de Geografia da Newton Paiva e estagiário do Projeto Manuelzão. Para Tiago, a mudança ainda é pequena, se se levar em conta as atrocidades que continuam sendo cometidas contra a natureza. "A preocupação com a questão ambiental e a preservação da natureza ainda é recente, uma corrente que surgiu a partir de 1970 e, apesar da força dos movimentos ambientalistas e dos profissionais da área, ainda tem muito a evoluir", afirma.

Tiago vê com bons olhos a educação ambiental, mas crê que, sozinha, ela não traz muitos resultados. "A educação ambiental dá um suporte bom, mas há outros fatores que devem ser levados em conta, principalmente a educação patrimonial, que é o trabalho das culturas, valores e tradições

locais. Para você levar uma pessoa a preservar um bem natural, tem primeiro de resgatar os valores daquele lugar e se adequar à linguagem dessas pessoas, fundar um canal de comunicação com elas. Não adianta implementar um programa se não houver a participação da comunidade", afirma.

Para o estudante, o Projeto Manuelzão é louvável justamente porque ouve a comunidade antes de propor mudanças e está à frente do tempo porque atua no campo da prevenção. "O Manuelzão escuta as comunidades locais através de comitês regionais. A população se sente valorizada e quer participar das iniciativas. Ela sabe que sua opinião é importante. Além disso, o projeto está mostrando ao mundo que não adianta remediar os diagnósticos; é preciso atacar a fonte



O estudante de Geografia Tiago Resende, da Newton Paiva

do problema. Se um morador tem uma horta irrigada com água contaminada e passa mal, não adianta ele ir ao posto e tomar um remédio para infecção intestinal, amanhã ele pode estar passando mal de novo".

Hoje, dentro do estágio no Manuelzão, Tiago mantém um trabalho de pesquisa, em conjunto com outras pessoas, em Ribeirão das Neves. O interesse pela cidade começou há muito tempo, quando seu grupo de estudos resolveu escolher Justinópolis, distrito de Neves, como objeto de estudo. "A região é super carente, com vários impactos devido à ocupação desordenada que ocorreu a partir de 1970. Há vários loteamentos irregulares e um lixão que fica a menos de dez metros de um importante curso d'água", conta. O diagnóstico da bacia do ribeirão das Neves acabou se tornando a monografia de conclusão do curso de Tiago.

Para o estudante, o estágio transformou até mesmo a visão de formação profissional. "Eu via a faculdade como um mecanismo formador para o mercado de trabalho, não pensava em fazer pesquisa. Hoje, vejo que o aluno tem de ter uma chance de fazer pesquisa, desenvolver algo que ele goste, não apenas executar uma ordem que recebe. No estágio nós criamos, produzimos, e isso nos orgulha", comemora.

CBH Velhas: polêmica em torno do processo eleitoral

Eleição para comitê de bacia hidrográfica é garantida depois de mobilização de entidades civis e prefeituras

Luana Cury

Estudante de jornalismo do Centro Universitário Newton Paiva

Depois de muita discussão e até mesmo da suspensão temporária das eleições, teve fim o processo eleitoral que selecionou os novos membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, com um mandato válido por dois anos. Ao todo, 28 representantes titulares e respectivos suplentes irão compor o Comitê. Cada segmento tem sete representantes titulares e sete suplentes. A discussão em torno da representatividade, que marcou as recentes eleições, será retomada nas reuniões do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, para evitar inconvenientes nas próximas.

Previstas para os dias quatro e cinco de dezembro do ano passado, elas eleições acabaram sendo interrompidas em pleno andamento, depois de um recurso contrário ao processo, apresentado por Sérgio Menin Teixeira de Souza, representante da Sociedade Mineira de Engenheiros, e Patrícia Helena Gambogi Bóson, representante da Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ambos conselheiros do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

"Eles alegaram que os órgãos e entidades que estavam concorrendo na categoria de sociedade civil teriam de ter uma maior representatividade na área, uma ação intensiva no âmbito de recursos hídricos e de meio ambiente, o que, para eles, os concorrentes não tinham", lembra o ex-secretário estadual de meio ambiente, Celso Castilho de



Participantes da reunião do CBH-Velhas

Souza. Tal argumento foi vivamente repudiado pela maioria dos segmentos e visto como menosprezo ao processo social em curso.

O ex-secretário chegou a expedir uma resolução prorrogando o mandato dos então membros e suspendendo os trabalhos eleitorais. Mas após uma reunião com um grande número de representantes da sociedade civil e do poder público municipal, o secretário acompanhado de assessores decidiu revogar sua própria resolução e marcar nova data para a escolha dos membros. "Entendi que a discussão não cabia naquele momento; a representatividade - ou a ausên-

cia dela - teria de ser discutida ainda no processo de triagem e pré-seleção, pelo órgão competente. Se no momento da pré-seleção não houve nenhuma manifestação contrária à escolha desses candidatos, não caberia fazê-lo depois, quando as eleições estavam acontecendo", afirma Celso Castilho.

O coordenador do Projeto Manuelzão, Apolo Heringer, disse que louva a atitude do ex-secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais: "ele teve a dignidade de revogar sua própria resolução publicada no Diário

Oficial reconhecendo a razão da maioria dos delegados que exigia a continuidade do processo eleitoral".

A eleição dos novos membros do CBH Velhas aconteceu no dia 11 de dezembro, quando foram escolhidos, de acordo com a legislação, os representantes do poder público municipal e estadual, das empresas usuárias de água e da sociedade civil organizada. O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, assim composto, é um órgão deliberativo e normativo e define, entre outras coisas, o plano de investimentos em meio ambiente para a bacia.

Renquadramento propõe novo futuro para bacia do ribeirão Isidoro

Marco Antônio Pessoa e Gésio Passos
Estudantes de Comunicação da UFMG

O comitê da bacia do Rio das Velhas, em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), está realizando o Projeto de Reenquadramento dos Corpos D'água da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Isidoro. Localizada nas regiões de Venda Nova, Pampulha e Norte de Belo Horizonte, a bacia sofre com a degradação ambiental decorrente da ocupação humana. Procuram-se soluções viáveis para reverter esta situação e manter a preservação das áreas menos degradadas.

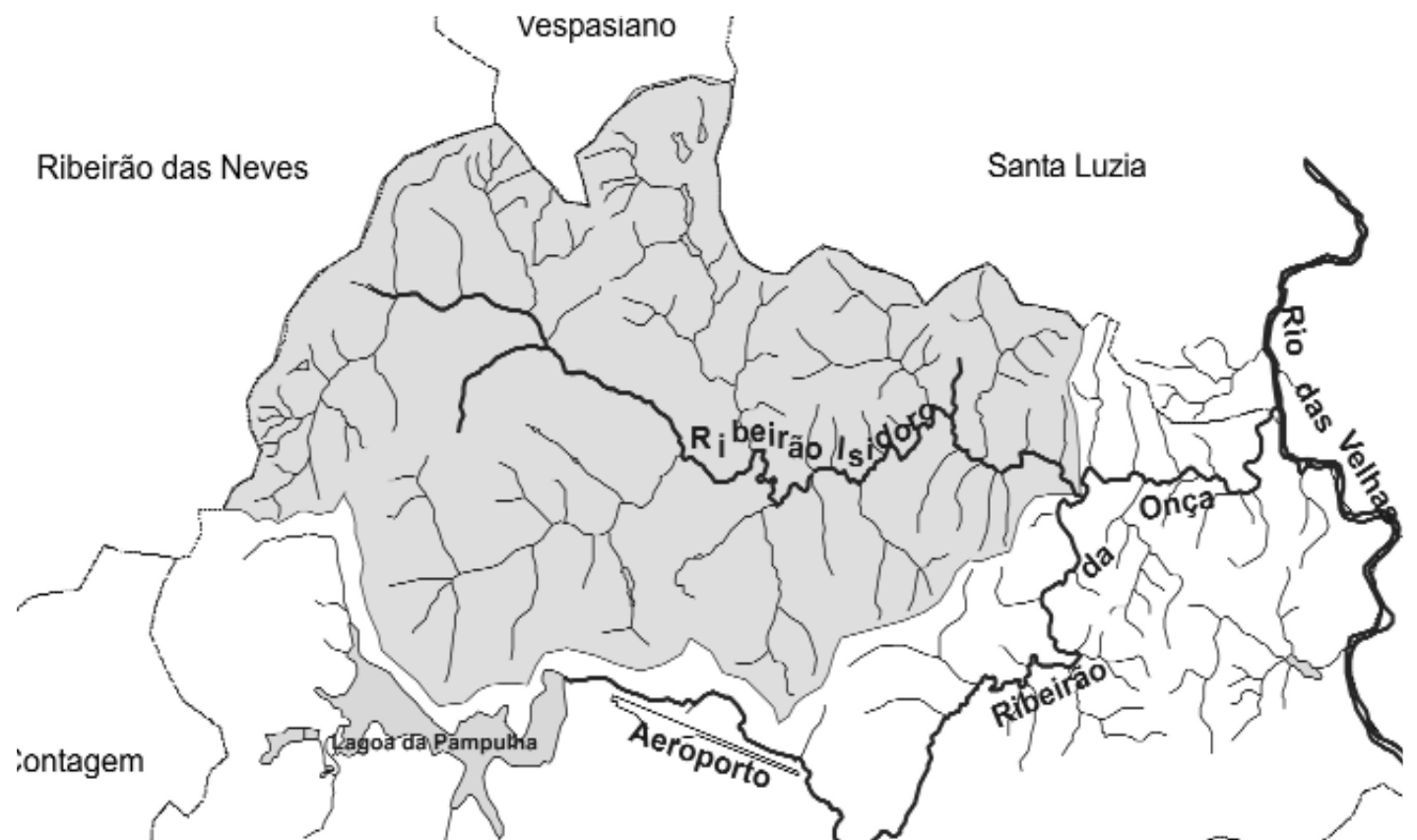
Iniciado em 1997 pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), o reenquadramento posteriormente passou a ser conduzido pelo Comitê do Rio das Velhas, criado em 1998. O projeto propõe a divisão da bacia em 108 trechos de acordo com a região onde se situam, os problemas da área e o uso das águas. Foi feita uma classificação conforme as condições e características ambientais de cada trecho e não uma única para toda a bacia.

A proposta é dividida em três etapas. Na primeira, já realizada, foi feita uma identificação dos atuais usos dos corpos d'água (nascentes, lagoas, córregos e rios) e dos usos futuros, definidos de acordo com consultas populares realizadas em cada um dos 108 trechos. "A gente pode discutir com a população o que ela quer das águas" diz o presidente do Comitê do Rio das Velhas, Paulo Maciel Júnior. Na segunda fase serão realizadas avaliações laboratoriais das águas

para comparar a qualidade atual dos corpos d'água com a que se quer atingir. As ações necessárias para atender os objetivos propostos na primeira fase serão executadas na terceira fase do projeto.

Os organizadores reiteram a importância da participação popular para o sucesso desta ação e os moradores parecem ter encampado o projeto, como pôde ser visto na audiência pública realizada no dia 26 de novembro de 2002 no

auditório Instituto Santo Inácio no Bairro Planalto, com a participação do Projeto Manuelzão. Na reunião, que contou com um grande público, diversos representantes de organizações de moradores manifestaram seu apoio. Segundo Manoel Leonor Neto, presidente da associação do Bairro Rio Branco, a população está se conscientizando e mobilizando para a preservação das nascentes e o cuidado com o lixo e o esgoto.



Região metropolitana aguarda definição sobre o lixo

Esgotamento do aterro sanitário de Belo Horizonte reabre polêmica sobre melhores alternativas para destinação de resíduos

Sara Abreu e Jonas Rodrigues
Estudantes de Comunicação da UFMG

Ainda não está definido como Belo Horizonte vai destinar o seu lixo daqui a alguns anos. Em pouco mais de um ano, a vida útil da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos, onde é depositado o lixo produzido na cidade, alcançará o limite previsto em seu projeto original. Apesar de não ser exato o tempo de esgotamento do aterro, a única certeza que se tem até o momento é a necessidade de um novo local para receber o lixo sem comprometer o meio ambiente.

Desde 1972, a Central de Tratamento, localizada na BR-040 na saída de Brasília, recebe o resíduo urbano gerado no município. De acordo com a gerente de monitoramento da Central de Tratamento, Patrícia Dayrell, cerca de quatro mil toneladas de lixo são levadas diariamente para o aterro. Para prolongar a vida útil do aterro, a Secretaria Municipal de Limpeza Urbana (SMLU) contava com a construção de uma nova unidade de tratamento no bairro Capitão Eduardo, região Nordeste da capital, adquirida pela prefeitura há quase três décadas. Entretanto, o local foi recentemente transformado em Área de Proteção Ambiental, inviabilizando a execução do projeto.

O Secretário Municipal de Limpeza Urbana, Cláudio Vilela, vê com dificuldade a disponibilidade de área em Belo Horizonte para a implantação de outro aterro, já que as poucas áreas onde ainda não há ocupação urbana são de grande importância ambiental. Diante deste fato e da falta de recursos para investimento imediato, a prefeitura decidiu por adotar um regime de concessão, deixando a cargo das empresas concorrentes a escolha e compra do terreno, a infra-estrutura de implantação do aterro, além das negociações com o município escolhido. "Existem áreas potenciais para a implantação de um novo aterro em Contagem, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Sabará", afirma Vilela.

Para o Projeto Manuelzão estas dificuldades podem ajudar a encontrar outra solução: "investir na mobilização social inteligente apostando na compostagem e reciclagem, na mudança de mentalidade das indústrias e de hábitos dos consumidores", diz o professor Apolo Heringer, coordenador do Projeto. Para ele, o aterro necessário teria um caráter residual, complementar a outras opções conjugadas e descentralizadas, de dimensões e custos bem menores. E haveria tempo para negociar um cronograma de implantação da nova proposta.



Aterro na BR-040, em Belo Horizonte: polêmica com relação ao esgotamento da capacidade

Polêmica

O edital para definir a empresa que terá a concessão do tratamento do lixo da capital pelos próximos 25 anos foi lançado no final de novembro, e a abertura da licitação estava marcada para 27 de janeiro. No entanto, o processo foi adiado pelo Tribunal de Contas do Estado, devido a irregularidades técnicas no texto do edital. Como se não bastasse, a denúncia do envolvimento de pessoas ligadas à prefeitura com uma das empresas que pretende construir o aterro colocou em dúvida até que ponto o aterro da BR-040 está realmente esgotado.

Em entrevista ao jornal Estado de Minas em 17/02, o doutor em engenharia hidráulica e de saneamento e ex-consultor da SLU Luiz Mário Queiroz Lima, afirmou ser desnecessária a construção de um novo aterro. Segundo ele, a vida útil do aterro pode ser prolongada por 20 anos, através de pequenas intervenções. O engenheiro apontou a falta de investimento da prefeitura como principal causa da atual situação, e sugeriu a implantação de estações de tratamento de líquidos e gases que já estavam previstas no projeto original, mas que não chegaram a entrar em operação.

O engenheiro arquiteto Cássio Versiani Velloso, diretor de operações da SLU no período de janeiro de 1993 a dezembro de 1996, esclarece que a prefeitura de BH chegou a fazer um grande investimento na tecnologia de biorremediação, técnica utilizada para acelerar o processo de decomposição do lixo, que chegou a ser implantada na Central de Tratamento de BH através de uma consultoria prestada por Luiz Mário. Porém, o processo da decomposição do lixo não ocorreu da forma e no tempo esperado, dada a dimensão do volume de lixo do aterro. Com isso, a massa de lixo que supostamente ficaria estabilizada no tempo previsto, podendo ser retirada do aterro da BR-040, precisou continuar no local, ocupando espaço.

De acordo com Cássio, ainda é possível a deposição de lixo no aterro da BR-040 acima da altura que a preencheria o vale onde foi construído o aterro, prevista no projeto inicial. Porém, há limitações que devem ser cuidadosamente estudadas, como a capacidade de suporte do solo, além do acidente na paisagem que seria formado com a "montanha" de lixo, que pode gerar problemas com a comunidade do entorno. Não sendo esta uma solução indicada, é "imprescindível e inadiável a construção de um novo aterro", afirma Velloso.

Volume de lixo pode ser minimizado

No Brasil, apenas 5% da massa total dos resíduos urbanos não é passível de reciclagem, reuso ou compostagem. Em Belo Horizonte, assim como na média das cidades brasileiras, mais da metade do lixo domiciliar urbano é constituído por materiais orgânicos, passíveis de se transformarem em fertilizantes do solo, pelo processo da "compostagem". Outra parte importante desses resíduos é composta de materiais recicláveis, que compõem aproximadamente 30% do peso total do lixo, mas representam uma parcela muito maior em volume, ocupando grandes espaços no aterro.

Um outro dado importante diz respeito ao tratamento dado ao entulho da construção. De acordo com dados da SLU, cerca de 50% das 4 mil toneladas de lixo que chegam diariamente à Central de Tratamento é composta por materiais provenientes da construção civil. Patrícia Dayrell lembra que o entulho não precisa ser aterrado, e pode ser totalmente reaproveitado na fabricação de materiais para a execução de obras. A prefeitura conta com duas unidades de reciclagem

de entulho, nos bairros Estoril e Pampulha, que juntas reciclam cerca de 350 toneladas de entulho por dia.

Na visão do Projeto Manuelzão, a forma mais eficaz de se prolongar a vida útil dos aterros ainda é a redução da quantidade de lixo produzida. "O aterro sanitário só é necessário como destino final de resíduos inaproveitáveis, após a transformação da matéria orgânica na compostagem e dos materiais recicláveis pela indústria", diz o coordenador do projeto, professor Apolo Heringer.

Apolo questiona ainda a concessão municipal de aterros à iniciativa privada, já que a gestão do lixo visando a diminuição de seu volume vai de encontro aos lucros das empresas, que vem justamente da quantidade de lixo recolhida. "Não afasto a possibilidade da empresa privada contribuir na questão do lixo, mas que seja priorizando a redução do volume do lixo produzido pela sociedade, a compostagem e a reciclagem, a geração de empregos para os catadores, e descentralizando o destino final do lixo", conclui.

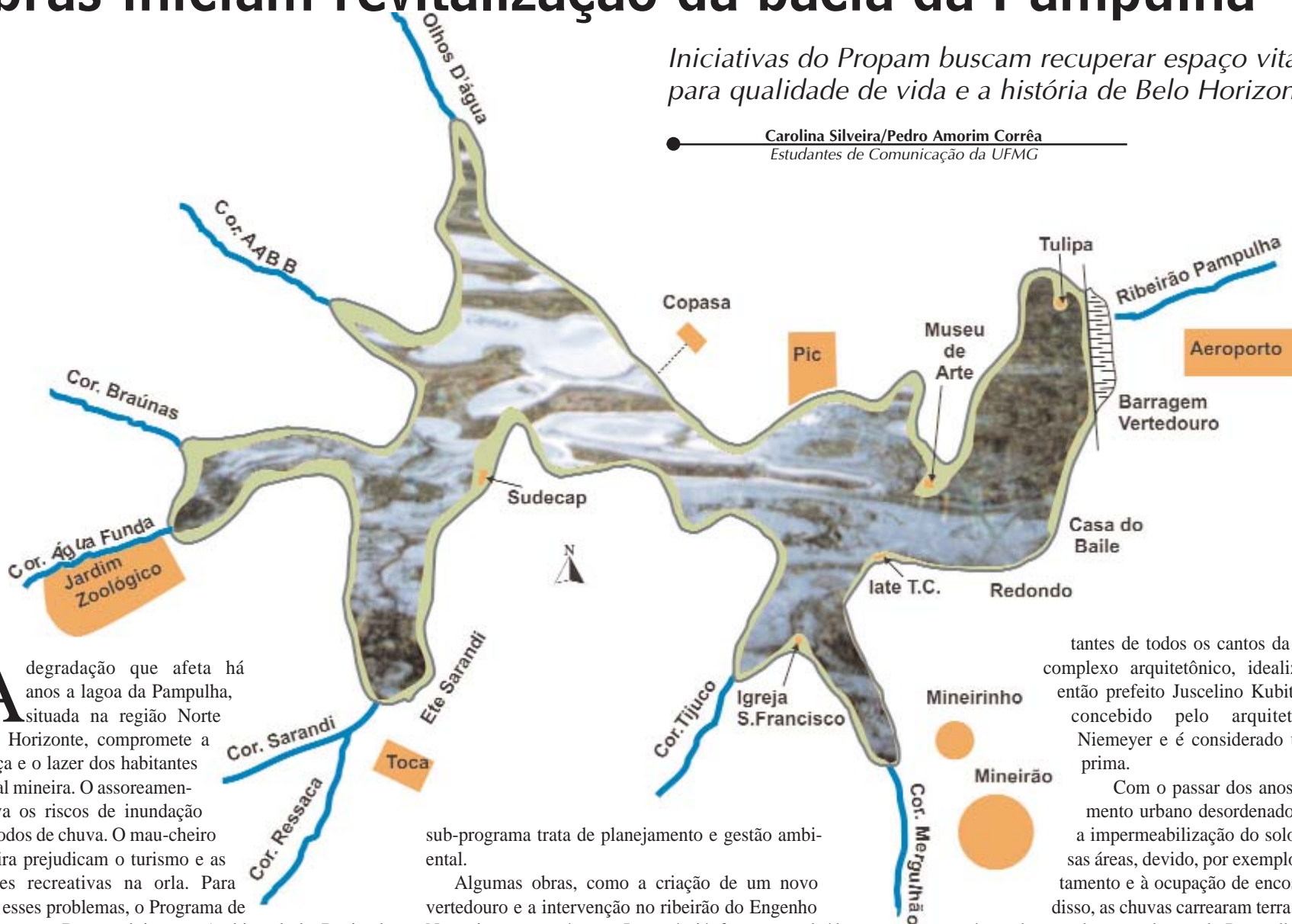


Apolo Heringer: repensar o papel do aterro sanitário

Obras iniciam revitalização da bacia da Pampulha

Iniciativas do Propam buscam recuperar espaço vital para qualidade de vida e a história de Belo Horizonte

Carolina Silveira/Pedro Amorim Corrêa
Estudantes de Comunicação da UFMG



A degradação que afeta há anos a lagoa da Pampulha, situada na região Norte de Belo Horizonte, compromete a segurança e o lazer dos habitantes da capital mineira. O assoreamento agrava os riscos de inundação nos períodos de chuva. O mau-cheiro e a sujeira prejudicam o turismo e as atividades recreativas na orla. Para resolver esses problemas, o Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia da Pampulha - Propam promove o saneamento ambiental e o resgate do acervo paisagístico. O programa foi idealizado em 1995, mas apenas em 2001 começou a ser implantado.

A bacia da Pampulha integra a bacia do ribeirão da Onça, que deságua no rio das Velhas, município de Santa Luzia. Sua área abrange 97 Km², sendo 44% em Belo Horizonte e 56% em Contagem. São oito os afluentes que deságuam na lagoa. Segundo o gerente do Propam em Belo Horizonte, Weber Coutinho, o ribeirão Sarandi e os córregos Ressaca e Água Funda são seus principais poluidores.

A degradação da lagoa da Pampulha pode acarretar, segundo Coutinho, a redução de sua vida útil. A lagoa pode ter apenas mais 10 ou 15 anos de vida. Dos 18 milhões de m³ de água iniciais, a lagoa passou a ter 13 milhões em 1957, quando ocorreu o rompimento da barragem, chegando aos 9 milhões atuais, ou seja, metade da quantidade inicial.

Coutinho acredita que as sucessivas administrações confiaram em uma possível estabilização do problema. A falta de recursos era apontada, também, como justificativa para os reduzidos esforços de recuperação da lagoa.

Propam

O Propam tem como objetivo acabar definitivamente com a poluição que afeta a lagoa da Pampulha. O programa chegou a ser visto como a maior e mais eficaz iniciativa de recuperação ambiental da história do estado de Minas Gerais, por ter suas ações concentradas nas causas da degradação da lagoa. Dividido em três vertentes, um de seus projetos trata de Saneamento Ambiental, enquanto um segundo visa colaborar com a recuperação da lagoa através da dragagem de sedimentos acumulados, a recuperação das ilhas e da orla e tratamento dos cursos d'água. O terceiro

sub-programa trata de planejamento e gestão ambiental.

Algumas obras, como a criação de um novo vertedouro e a intervenção no ribeirão do Engenho Nogueira e no córrego Jaraguá, já foram concluídas. Estão em fase de execução a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE Onça), a dragagem de sedimentos do fundo da lagoa, a intervenção no ribeirão Pampulha, a urbanização e paisagismo da região, com previsão de serem concluídos em 2004. "Em cinco anos já estaríamos visualizando uma situação bem melhor, mas para recuperar a Pampulha dez anos seria para estarmos realmente seguros", comenta Coutinho. Para o biólogo e coordenador do subprojeto SOS Rio das Velhas do Projeto Manuelzão, Carlos Bernardo Mascarenhas "A solução, na verdade, é o tratamento do esgoto antes de cair na água". E completa: "O ideal é tirar os moradores das encostas, tirar o esgoto, plantar vegetação nas margens, plantar gramas e árvores".

O engenheiro Paulo Maciel Júnior, afirmou em uma entrevista ao Jornal Manuelzão em abril de 1999, que o Propam resolveria de vez a questão ambiental da Pampulha e que o cenário da lagoa seria completamente diferente até o ano de 2004, segundo perspectiva própria. Porém, apesar dos avanços notados na região e a conclusão de obras públicas, alguns problemas, como a falta de orientação e educação ambiental da comunidade, podem ser vistos na região. "Famílias estão invadindo as áreas com casas. Isso é um problema muito sério, porque a população realmente de baixa renda não respeita, ela invade o leito dos córregos", afirma Coutinho.

História

A lagoa da Pampulha foi inaugurada em 1938 e reinaugurada em 1958. Seu objetivo era abastecer a região Norte de Belo Horizonte e amenizar os efeitos das chuvas. Na década de 40, o espaço foi transformado em um centro de lazer e turismo, por sua agradável paisagem, que atraía habi-

tantes de todos os cantos da cidade. O complexo arquitetônico, idealizado pelo então prefeito Juscelino Kubitschek, foi concebido pelo arquiteto Oscar Niemeyer e é considerado uma obra-prima.

Com o passar dos anos, o crescimento urbano desordenado acarretou a impermeabilização do solo de diversas áreas, devido, por exemplo, ao asfaltamento e à ocupação de encostas. Além disso, as chuvas carregaram terra de obras e

áreas desmatadas para dentro da Pampulha. A lagoa ficou sobrecarregada, processo agravado pela redução de sua capacidade de armazenamento e pelo rompimento da barragem, em 1958. O lançamento direto de esgotos na lagoa e o grande acúmulo de lixo em suas margens prejudicaram a qualidade e a pureza das águas. A grande quantidade de carga orgânica acumulada afetou também o ecossistema aquático. "O processo de eutrofização ocorrido na lagoa fez com que muitos peixes morressem devido à escassez de oxigênio presente na água", afirma Mascarenhas.

Segundo Weber Coutinho, "a poluição da Pampulha começou a ser percebida com mais rigor na década de 70". Por volta de 1979, foram instalados interceptores de esgoto na margem direita da lagoa. Os prefeitos começaram a fazer dragagens, mas colocavam na própria lagoa a terra retirada de dentro dela, o que deu origem a uma ilha. "A lagoa funciona hoje como amortecimento dos picos de cheia", observa o gerente do Propam. O seu completo assoreamento representa, segundo Coutinho, um desastre para a capital.

Pesca local

Com o apoio do Propam, a PUC-Minas e o Projeto Manuelzão realizaram um estudo comparativo entre a atual pesca experimental e amadora na represa da Pampulha e a registrada em 1992. Os resultados mostraram que houve uma notável perda na riqueza e diversidade da ictiofauna local. A redução de quase 50% no número de espécies de peixes (foram encontradas 11 espécies, contra 20 em 1992) é lamentável, porém não irreversível. A lagoa da Pampulha ainda tem grande importância para a pesca de subsistência.

Lixo pode ser fonte de vida

Processo de compostagem transforma restos de comida em adubo de qualidade e pode ser feito em casa

Rodrigo Campanella e Vinicius Utsch
Estudantes de Comunicação da UFMG

Na natureza, tudo segue um ciclo, onde o que é resto hoje será a base para uma nova vida amanhã. A compostagem é um processo no qual o homem

passa a ajudar nesse ciclo, trazendo benefícios para todos.

Através da compostagem, aquilo que normalmente iria para o lixo é transformado em adubo, devolvendo componentes essenciais ao solo. Para fazer isso, misturam-se os restos orgânicos com material palhoso, como sobras de poda ou casca de arroz, evitando a serragem, que absorve umidade em excesso. É essencial que o lixo seja separado previamente e só os restos orgânicos sejam utilizados. A mistura é colocada em um recipiente onde é revirada com frequência, devendo ser mantida sempre úmida.

"Os melhores recipientes são a caixa de madeira com frestas, igual às caixas de fruta, ou então o tambor de óleo. Eles devem ser divididos em dois compartimentos, para que seja mais fácil revirar o material", explica a engenheira sanitária da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana de Belo



Horizonte (SMLU), Maéli Estrela Borges.

Além de adubo, o composto é também corretor de solo, trazendo a ele mais porosidade, umidade e microorganismos importantes para o crescimento dos vegetais. Segundo a bióloga Jane Pimenta, "na maioria das vezes, a compostagem deixa de ser feita por falta de informação das pessoas, pois não é um processo complicado. Tanto que antigamente, era muito comum fazer isso em casa".

Por meio de uma parceria entre as donas-de-casa e a Emater a compostagem doméstica urbana vem sendo retomada, ainda que necessite de orientação técnica especializada e um investimento inicial um pouco elevado. "Nós temos processos de compostagem no meio urbano de excelente qualidade", comenta o engenheiro agrônomo Fernando Cassimiro, da Emater-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais). Ele ressalta que até em pequenas hortas é possível manter um aparelho destinado à compostagem.

A compostagem urbana é realizada utilizando materiais simples, como o mato da capina de rua e restos de comida. Mas sendo um processo de decomposição, há a preocupação com possíveis problemas que isso possa acarretar em uma casa. Por isso Cassimiro ressalta que devido à grande quantidade de capim e esterco seco utilizada no processo, o mau cheiro, principal temor das donas-de-casa, é eliminado, assim

FORMAÇÃO DE UMA LEIRA BALANCEADA, COMPOSTA POR VÁRIOS MATERIAIS



como a presença exagerada de moscas. O engenheiro também alerta para a necessidade do composto ficar sob o Sol e em local bastante ventilado. "Seguindo nossas orientações e deixando bater sol o tempo todo, o mau cheiro desaparece".

No verão o composto demora cerca de 70 dias para ficar pronto. Já no inverno, o processo é um pouco mais demorado, pois as bactérias decompõem a matéria orgânica lentamente. Neste período, o composto precisa de até 120 dias para ser usado como adubo em hortas e vasos ornamentais, devendo ser misturado à terra do plantio.

Compostagem na SMLU

A compostagem na SMLU é feita com 40% de material palhoso e 60% de resíduo orgânico. Se a parte orgânica não for muito úmida, deve ser cortada em pedaços de até 2 cm para a mistura. Sendo mais úmida, são necessários pedaços maiores. O material palhoso deve ter pedaços de 5 a 8 cm.

Plano de ações orienta trabalho de revitalização no ribeirão da Mata

Luana Cury

Estudante de Jornalismo do Centro Universitário Newton Paiva

O ribeirão da Mata está na região central de Minas e forma uma sub-bacia do rio das Velhas. Com área de 770,1 km² e abrigando uma população aproximada de 435 mil habitantes, a bacia convive com problemas sanitários, desemprego, condições impróprias de assentamentos humanos e destruição ou super exploração dos recursos naturais. Um plano de diretrizes de ações encomendado pelo poder público e a iniciativa privada traduz a atual situação da bacia e propõe ações para a recuperação desse importante afluente do Velhas, renovando as esperanças de vê-lo novamente povoado por peixes.

O ribeirão passa por dez municípios da região metropolitana: Capim Branco, Matozinhos, Esmeraldas, Ribeirão das Neves, Pedro Leopoldo, Confins, Vespasiano, São José da Lapa, Lagoa Santa, Santa Luzia. Altamente degradado, ele recebe esgotos doméstico e industrial. A qualidade das águas da bacia é ruim, de acordo com o IQA, Índice de Qualidade da Água, monitorado pela Fundação Estadual do Meio Ambiente, FEAM, e o índice de contaminação por tóxicos é alta, segundo dados de 2001.

A proposta de plano diretor da bacia do rio das Velhas, concluída pelo Prosam (Programa de Saneamento Ambiental das bacias do Arrudas e do Onça) em 1999, já apontava para a degradação do curso d'água. O Comitê do Rio das Velhas concluiu que seria importante fazer um estudo mais detalhado dessa sub-bacia. Esse estudo foi encomendado pelo CBH, com patrocínio da Copasa, Belgo Mineira e Soecom. Segundo o relatório da empresa contratada, "...com relação à infra-estrutura urbana, quase todas as cidades da bacia têm como principais problemas as deficiências dos sistemas de saneamento. Na grande maioria dos municípios não existe tratamento de esgoto, os efluentes são jogados diretamente

nos cursos d'água. Também em quase todos predominam os lixões a céu aberto."

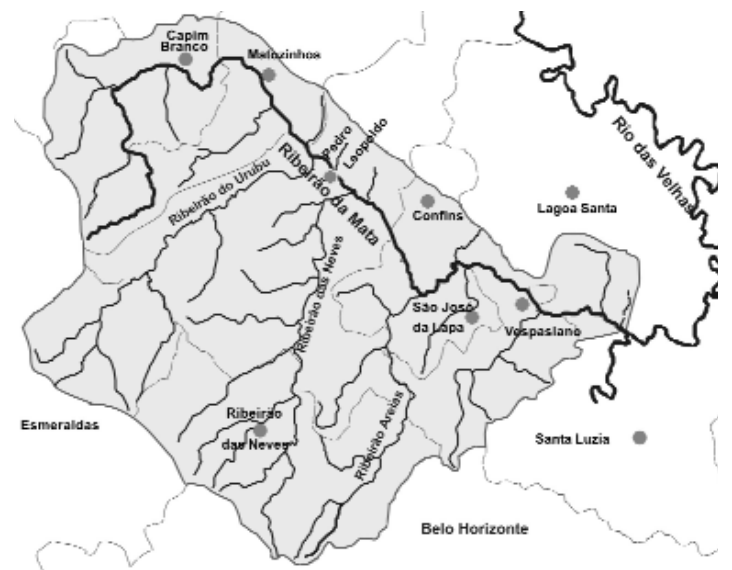
Ainda segundo o relatório, "nas áreas rurais a preocupação também é significativa. Nelas, a pressão sobre o meio ambiente também se verifica, nas regiões onde são utilizadas técnicas de manejo inadequadas para campos de cultura e pastoreio. A mata ciliar ocorre hoje em pequenas faixas dos rios da bacia." O plano de diretrizes de ação propõe ações corretivas e de fiscalização para a minimização dos impactos, entre as quais a revegetação, o repovoamento dos cursos d'água com espécies animais e vegetais e a diminuição da carga poluidora nos corpos d'água com a implantação de interceptores e ETEs.

O plano foi apresentado às comunidades locais, prefeitos e indústrias através de dez pré-audiências organizadas pelo Projeto Manuelzão nas dez cidades cortadas pelo ribeirão da Mata. O plano foi aceito em sua integridade, recebendo pequenas complementações e oficializado em uma audiência pública final ocorrida em dezembro passado em Pedro Leopoldo, quando também foi proposto solicitar a oficialização do Comitê do Ribeirão da Mata como sub-comitê do CBH-Velhas. Nas audiências a comunidade apresentou denúncias sobre as atividades de extração de calcário e areia por grandes e pequenas empresas, loteamentos irregulares, desmatamento, falta de controle de efluentes industriais e domésticos e poluição atmosférica por parte das cimenteiras.

Para o chefe da divisão de Meio Ambiente de Pedro Leopoldo, Mauro Lobato Martins, "a aprovação do plano de recuperação da bacia do Ribeirão da Mata representa um grande avanço na revitalização da bacia, porque pressupõe uma gestão integrada de todos os agentes - comunidade, enti-

dades públicas e privadas - na adoção de um conjunto de medidas sócio-ambientais em prol desses cursos d'água. Não obstante, permite romper com a idéia do território municipal como campo exclusivo de ação, exigindo uma visão de totalidade em que as ações serão cooperativas e vistas como complementares", define.

O próximo passo é levar o plano de diretrizes de ações à aprovação do CBH Velhas. "Estamos apenas esperando a aprovação final para começar a buscar os recursos. O projeto está orçado em 90 milhões e temos a previsão de dez anos para sua efetiva implantação", explica Valter Vilela, secretário do CBH Velhas e superintendente da Copasa. "A recuperação do Mata é essencial, se ele não for tratado, não adianta fazer mais nada à jusante. Recuperar o ribeirão da Mata significa dar mais vida ao Velhas", reforça.



Comitê do São Francisco aprova Carta de Princípios

Proposta, que estabelece compromissos éticos para revitalização do rio, foi apresentada pelo Projeto Manuelzão

Carolina Salomé

Estudante de Comunicação da UFMG

O Projeto Manuelzão, representado pelo Professor Apolo Heringer, apresentou uma Carta de Princípios à diretoria provisória que encerra seus trabalhos e ao novo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, que assume e que foi integralmente aprovada por seus membros. A apresentação foi feita na reunião, realizada em novembro de 2002, na cidade de Brasília.

A Carta foi elaborada pelo professor Apolo, coordenador do Projeto Manuelzão, com a assessoria de Letícia Fernandes, advogada e secretária executiva do Projeto. A idéia central do documento é efetivar a integração entre a gestão ambiental e a gestão das águas. "Nós temos uma política nacional de recursos hídricos e outra para o meio ambiente, queremos unir as políticas, as atividades e a

gestão", diz Letícia.

Após ter sido aprovada, a Carta foi incluída na pauta da solenidade, que empossou a diretoria definitiva do CBH São Francisco. E nesta mesma reunião o documento foi incorporado pelo Comitê. "O fato da declaração ter tido uma aceitação tão grande deu ainda maior visibilidade e credibilidade ao Projeto Manuelzão, legitimando-o como uma figura importante dentro do Comitê", afirma Letícia.

Além de ser um documento normativo, a Carta de Princípios é um compromisso ético do Comitê com a revitalização do Rio São Francisco. Para se chegar ao formato apresentado, foram considerados os objetivos, as finalidades e os compromissos do Comitê. Também foi feito um apanhado da legislação ambiental e da Declaração da Rio 92, selecionando os artigos que mais se adequariam às particularidades e aos propósitos do Comitê.

A idéia de propor esta carta nasceu da polarização que houve no Comitê Provisório entre representantes ligados ao setor produtivo - sobretudo hidrelétrico, de irrigação e minerador - e ambientalistas. Os primeiros pensam a água como recurso hídrico, visão economicista que desdenha a preservação ambiental como importante para preservar sua qualidade e quantidade. Com a Carta, a distância conceitual entre as duas visões foi equacionada.

A coordenação do Projeto pretende aproveitar a experiência para os Comitês Manuelzão. Na reunião de fundação do Comitê do Ribeirão Arrudas, formado no fim do ano passado, foi elaborada uma Carta de Princípios para o próprio Comitê do Arrudas, tendo como base a apresentada em Brasília. A médio e longo prazo, o Projeto pensa em incentivar todos os seus comitês a aprovarem suas cartas de princípios.

Seminário discute a formação do Comitê do Ribeirão da Onça

Marco Antônio Pessoa

Estudante de Comunicação da UFMG

Prefeitura de Belo Horizonte em parceria com a Copasa e o Projeto Manuelzão, realizou o Seminário para a criação do Comitê da Bacia do Ribeirão da Onça. A reunião aconteceu no dia 25 de fevereiro no Auditório Santo Inácio, bairro Planalto. O objetivo central do encontro foi discutir propostas para a constituição de um comitê e a indicação de um grupo provisório que encabece os trabalhos até a criação do definitivo.

Estiveram presentes o novo diretor metropolitano da Copasa, médico e vereador Juarez Amorim, o diretor anterior, Rômulo Perilli, Marília Bouchardet, técnica da Copasa, os secretários das regionais da PBH- Norte, Nordeste e Pampulha, além de líderes comunitários e dos Comitês Manuelzão. Auditório cheio, com quase 200 participantes.

O ribeirão da Onça nasce em Contagem e deságua no rio das Velhas. A sua bacia ocupa quase metade do território de Belo Horizonte, e, junto com a bacia do ribeirão Arrudas, forma a principal rede de drenagem fluvial da cidade. A bacia do ribeirão da Onça atravessa as regiões Norte, Nordeste, Noroeste, Venda Nova e Pampulha. Apesar da importância que o rio tem para a cidade, ele vem sofrendo intensamente com erosão, destruição da mata ciliar e a poluição de suas águas.

A reunião contou com a presença de representantes da prefeitura, Copasa, Projeto Manuelzão, órgão estaduais, comitês dos afluentes do ribeirão da Onça, empresas que atuam na região da bacia, prefeituras de Santa Luzia e Contagem, UFMG, ONG's, além da sociedade civil. O seminário buscou integrar todas as ações e objetivos dos Comitês Manuelzão locais, usuários, órgão governamentais e prefeituras. Já existem comitês em vários dos afluentes do ribeirão da Onça, mas não um que trabalhe de forma unificada diretamente com o rio.

O coordenador geral do Projeto Manuelzão Apolo Heringer abriu o encontro com uma palestra onde reafirmou a importância das águas e da sua preservação para a vida do ser humano e contou um breve histórico do Projeto Manuelzão. Apolo também ressaltou a relevância que o ribeirão do Onça tem para Belo Horizonte. Segundo ele "está nascendo um comitê de extrema importância para todo o povo da região metropolitana e da bacia do rio das Velhas". Para Apolo, se o comitê provisório que começar a nascer a partir do seminário fun-

cionar bem de acordo com o designa a lei, ele poderá facilmente ser oficializado como subcomitê do Comitê do Rio das Velhas.

Ao final da reunião decidiu-se pela formação de uma comissão provisória constituído por representantes do Projeto Manuelzão, um de cada comitê dos afluentes do ribeirão da Onça, das regionais, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, do Propam, além de outros órgãos municipais, como o Drenurbs usuários como a Copasa e

algumas grandes indústrias, poder público de Contagem e Santa Luzia.. As pessoas que farão parte desta comissão serão indicadas posteriormente pelas instituições citadas. Esta comissão deverá trabalhar até novembro de 2003, ocasião esta, em que será criado o comitê definitivo. Durante o seminário também foi exposta uma coleção de utensílios feitos de material reciclado, uma iniciativa da Regional Pampulha que visa ensinar a população como reutilizar objetos diminuindo a produção de lixo.



Trecho do ribeirão da Onça, no bairro Ribeiro de Abreu

Comitê do rio Taquaraçu

O rio Taquaraçu nasce na cidade de Caeté, atravessa os municípios de Nova União, Taquaraçu de Minas e deságua no rio das Velhas, em Santa Luzia. Para constituir um comitê de sua bacia, envolvendo representantes dos três municípios, foi realizado um seminário no dia 22 de fevereiro. O evento foi organizado pela equipe do projeto Manuelzão e por lideranças locais. Segundo Marcílio de Oliveira Castro, do grupo de mobilização do Projeto, cerca de 80 pessoas participaram da reunião, onde decidiu-se formar uma comissão.

No seminário foram apresentadas as diretrizes gerais

para o trabalho conjunto que será realizado entre os três municípios. No dia 8 de março último foi organizada a primeira reunião com a comissão provisória já formada. Os 27 integrantes da comissão, divididos entre sociedade civil, usuários de água e poder público, receberam o "Documento Base", elaborado pela coordenação do Projeto durante o segundo grande encontro dos Comitês Manuelzão.

O seminário ocorreu em Nova União e a reunião da comissão em Taquaraçu. A proposta é de realizar encontros mensais sediados, alternadamente, pelas três cidades.

“A solução deve partir de um esforço coletivo”

Luana Cury

Estudante de Jornalismo da Newton Paiva

Aos 32 anos, ele já chegou à frente da coordenação de um curso universitário. Marcelino Santos de Moraes, coordenador do curso de Geografia do Centro Universitário Newton Paiva, graduado e mestre em Geografia Física pela UFMG, além de coordenar e orientar projetos acadêmicos na área ambiental, também mantém um projeto de iniciação científica que procura retomar os passos de Peter Lund, traçando uma reconstrução ambiental da época em que Lund esteve em Minas Gerais. Marcelino também coordena o núcleo do Projeto Manuelzão na Newton Paiva, e não para por aí: "sempre vai haver temas a se trabalhar dentro da Geografia. Sei que a Geografia é fundamental para a elaboração de projetos que possam trazer melhoria na qualidade de vida das pessoas e incentivar uma conscientização ambiental", afirma.

Jornal Manuelzão - Porque você optou profissionalmente pela Geografia?

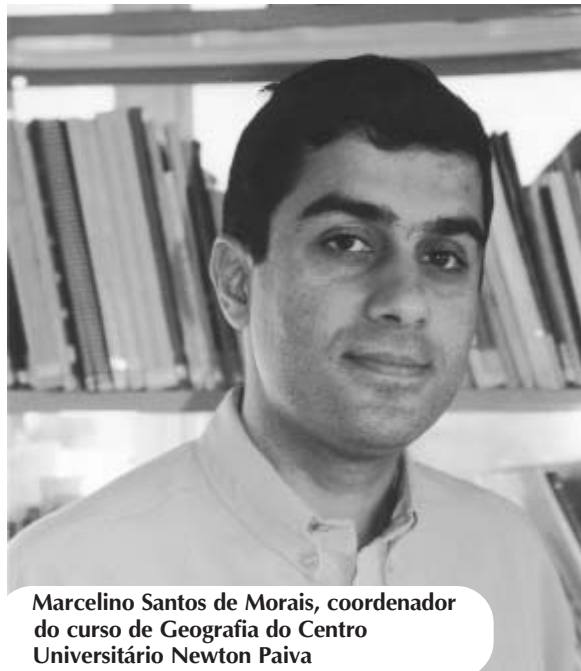
Marcelino - Bem, eu fazia o curso de Engenharia de Minas e não conseguia lincar a Engenharia às questões sociais. Através de alguns amigos que faziam Geologia eu conheci e me aproximei da Geografia. Foi paixão à primeira vista. Acabei abandonando a Engenharia. Encontrei o que eu queria na Geografia: um trabalho bastante ligado à natureza, porém sem se desvincular das questões sociais. Esse caráter holístico da Geografia é que me atraiu. Minha formação foi totalmente voltada para a área acadêmica, pensando em continuar dentro de uma universidade. Na Newton, além de lecionar, tive a oportunidade de trabalhar com uma das coisas que mais gosto: a pesquisa científica.

Fale um pouco sobre esse projeto.

Eu e um grupo de professores dos cursos de História e Turismo estamos retomando os passos de Peter Lund, o pai da Paleontologia Brasileira, em Minas Gerais. Na parte geográfica estamos fazendo uma reconstrução ambiental para delinear como era o ambiente na época em que Lund esteve aqui, e como esse ambiente é hoje. A parte histórica e turística se incumbiu do levantamento sócio-cultural dessa região para o futuro planejamento turístico tendo como objeto de consumo turístico a vida e obra de Peter Lund no Estado.

Como surgiu a idéia de pesquisar o trabalho de Lund?

Tudo começou em um projeto de extensão que tinha por objetivo fazer o levantamento do turismo científico na região



Marcelino Santos de Moraes, coordenador do curso de Geografia do Centro Universitário Newton Paiva

de Lagoa Santa. Esse projeto durou um ano e ao fim dele nós concluímos que o assunto merecia uma continuidade e aprofundamento da pesquisa. Foi onde surgiu o projeto de Iniciação Científica.

Você acredita na educação ambiental como forma de resolver grande parte dos problemas ambientais?

Não acho que seja a educação ambiental o caminho, acredito sim na Educação no sentido mais amplo da palavra. Hoje não podemos mais pensar a ciência de um modo fragmentado. Os profissionais que trabalham diretamente com o meio ambiente são fundamentais no processo de conscientização e encaminhamento de soluções, mas se eles não tiverem o suporte dos profissionais da saúde, da educação, e até mesmo da área econômica, não teremos soluções. Como eu posso pregar educação ambiental numa região de mineração onde o principal produto de degradação é o principal produto econômico? A solução para questões como esta deve partir de um esforço coletivo, uma integração de forças das diversas áreas. É um trabalho interdisciplinar.

Em que consiste o Cema e como é o trabalho do núcleo do Manuelzão na Newton?

O Cema é o Centro de Estudos do Meio Ambiente, um centro de extensão que vai para o terceiro ano, onde os alunos

experimentam na prática o que é dado em sala de aula. Hoje damos um suporte ao Parque das Mangabeiras, temos um projeto na Gruta de Maquine e o Pró-Nascente, que é um trabalho de mapeamento, diagnóstico e manejo das nascentes do município de Pimenta. Tivemos a grande oportunidade de implementar a parceria com o Projeto Manuelzão, através de um núcleo que funciona no Cema desde o final do ano passado e que está nos proporcionando um trabalho super interessante em Ribeirão das Neves.

Como é o trabalho em Neves e quais foram os principais problemas diagnosticados?

A comunidade local tem problemas condizentes com as classes sociais mais oprimidas: saúde, educação, desemprego. Estamos diagnosticando a situação ambiental para apresentar possíveis soluções que possam ser concretizadas pelo poder público em conjunto com a sociedade. Agora, estamos fechando a primeira parte do mapeamento do ribeirão Café, que é um curso totalmente degradado por poluição proveniente de esgoto doméstico, assoreamento causado pelos loteamentos clandestinos e dejetos de animais vindos de propriedades rurais onde não existe a preocupação ambiental. Chama atenção a percepção ambiental da população sobre o seu meio. Grande parte dos entrevistados não enxerga o ribeirão Café como um curso de água e sim como esgoto. Isso porque a comunidade não é local, essas pessoas não nasceram em Neves, nunca viram o Café limpo. Nosso próximo objeto de estudo é o Caciue. Além do diagnóstico da situação ambiental vamos entrar um pouco na área da assistência. A partir do final deste mês, estaremos colocando à disposição da população os cursos de saúde da Newton Paiva, através de pequenas ações sociais.

A população mais carente sofre mais com a degradação ambiental?

Sim, pois eles estão em contato direto com o lixo, o esgoto, a erosão. Essa população sofre com a falta de educação, que por sua vez permite a degradação ambiental. Por não ter discernimento, essas populações sofrem as conseqüências do que elas mesmas causam.

O que representa uma universidade estar abraçando a causa do Projeto Manuelzão?

Isso mostra a responsabilidade social da universidade. Nós devemos essa responsabilidade à comunidade. É na universidade que se faz pesquisa, que se encontram novos caminhos.

Saiu o resultado do concurso "Premiando a Educação Ambiental"

Louraidan Larsen

Estudante de Comunicação da UFMG

"Incentivar professores a desenvolver projetos ligados ao meio ambiente". Esse foi o objetivo do segundo concurso "Premiando a Educação Ambiental na bacia do rio das Velhas", segundo Gilmar Lopez, que faz parte da equipe do "Manuelzão vai à escola" responsável pelo concurso em parceria com a Secretaria Estadual de Educação.

Sessenta e cinco projetos de várias cidades do alto, médio e baixo rio das Velhas atenderam aos pré-requisitos do edital. Puderam participar do concurso todos os professores das redes estadual e municipal dos 51 municípios localizados na bacia.

Ano passado, o concurso premiou 40 professores. Dessa vez, são 80 os contemplados. Puderam se inscrever até cinco professores por projeto. A comissão jul-

gadora foi composta por representantes da Secretaria Estadual de Educação e do Projeto Manuelzão.

Todos os projetos foram feitos para serem aplicados com os estudantes de cada escola. "Houve professores que desenvolveram seus projetos juntamente com seus alunos", conta Gilmar. Assim como o ano passado, o prêmio para os professores será uma estadia em pousada na Serra do Cipó, onde haverá um programa de vivência ecológica. Uma carta de premiação ou agradecimento será enviada aos participantes, junto com uma ficha técnica de avaliação e sugestões para o aprimoramento e continuidade do trabalho nos próximos anos. A carta dirigida aos premiados estará informando sobre o prazo de contato com o Projeto Manuelzão, a programação das atividades na Serra do Cipó e data do evento. Confira o resultado do concurso:

- 1) "Projeto Multidisciplinar - Educação Ambiental": E. E. Pedro de Alcântara Nogueira/Ribeirão das Neves
- 2) "Poluição das Águas": E. E. Geraldo Teixeira da Costa/Santa Luzia
- 3) "Projeto Nascentes, o brotar da vida em nossas mãos": E. E. Dom Velloso/Ouro Preto
- 4) "Projeto Grande Sertão Veredas": Escola Municipal José Madureira Horta/Belo Horizonte
- 5) "Água: Um Tesouro a ser Preservado": E. E. Interventor Alcides Lins / Curvelo
- 6) "Projeto Vida": E. E. José Mendes Correa/Belo Horizonte
- 7) "Projeto O Novo Velhas": Escola Pré-escolar Pequeno Universo/Curvelo
- 8) "Renascer com o Velhas": Escola Pré-escolar Pequeno Universo/Curvelo
- 9) "Água: Necessidade Vital. Como conservá-la?": Escola Pré-escolar Pequeno Universo/Curvelo
- 10) "Projeto de Educação Ambiental": E. M. Carlos Drummond de Andrade / Belo Horizonte
- 11) "O Homem e suas Relações Políticas e Ambientais": E. M. Padre Joaquim Saturnino de Freitas / Caeté
- 12) "Que fazer e Como tratar o lixo e os esgotos das cidades": E. M. Bemvinda Pinto Rocha / Nova Lima
- 13) "Projeto de Educação Ambiental": E. M. Fernando Dias Costa / Belo Horizonte
- 14) "Água: Fonte da Vida": E. E. Afonso Soares de Freitas / Augusto de Lima
- 15) "Água - Revitalizar": E. E. São Vicente de Paula / Curvelo
- 16) "Água: Um Tesouro em Perigo": E. M. Doutor Sabino Barroso / Contagem
- 17) "SOS Córrego Santo Antônio" - Impactos Ambientais em Curvelo - E. E. Bolívar de Freitas / Curvelo
- 18) "SOS Córrego Santo Antônio" - Navegando pelo Rio São Francisco: E. E. Bolívar de Freitas / Curvelo
- 19) "Água Fonte da Vida": E. E. de Guaicuí / Várzea da Palma
- 20) "Educar para preservar": E. M. Jeliomar Brandão / Prudente de Moraes.

Caravana eco-pedagógica capacita professores

Palestras e oficinas sobre educação ambiental são oferecidas a professores da rede pública da RMBH

Lívia Furtado

Estudante de Comunicação da UFMG

Sábado quente, céu azul, e cerca de 260 professores da rede pública reunidos para aprender mais sobre como trabalhar a educação ambiental nas escolas. O evento, chamado "Caravana Eco-pedagógica", aconteceu no dia 09 de Novembro de 2002, no Colégio Estadual, em Belo Horizonte. Uma realização do Projeto Manuelzão e Secretaria Estadual da Educação em parceria com Copasa, Newton Paiva e as ONGs "Vibra mais" e "Amigos da Natureza".

Pela manhã aconteceram as palestras e à tarde, as oficinas pedagógicas. O objetivo da "Caravana" foi fazer ligação entre o conteúdo e a prática e capacitar professores para tornar a educação ambiental mais lúdica. "Nas nossas parcerias com a comunidade escolar, os professores apresentaram a necessidade de um elo entre o conteúdo do plano curricular e a prática na comunidade. Então nós resolvemos fazer um dia de vivências", comentou Monalise Martins, uma das pedagogas que colaboraram com o Projeto Manuelzão nesta ocasião.

Todas as escolas públicas da Região Metropolitana de BH foram convidadas a enviar professores para participar

gratuitamente. onze oficinas foram organizadas por profissionais do Manuelzão, da FEAM, de ONGs e da Copasa: "Ecologia integral", "Meio ambiente, meu meio de vida", "Jogos e brincadeiras em educação ambiental", "Matemática ambiental", "Comunicação ambiental", "Lixo que vira tudo", "Ecologia humana", "Projetos em educação ambiental", "Bacia hidrográfica", "Mobilização ambiental" e "Plantio Poético".

No ciclo de palestras, pela manhã, o Prof. Apolo Lisboa discursou sobre problemas ambientais e sociais, contou a história de Manuelzão e "causos" divertidos. O Prof. Marcos Polignano falou sobre os desafios e objetivos da educação ambiental. E Hugo Werneck, conhecido ambientalista mineiro, hoje com mais



Participantes de oficina na "Caravana Eco-Pedagógica"

de 80 anos, ensinou como a educação ambiental pode ser aprendida com as crianças e pessoas humildes. Ele afirmou que "a educação ambiental é gratuita. É de quem sente, não de quem sabe".

Trabalho de educação ambiental ganha fôlego em Neves

Luana Cury

Estudante de Jornalismo da Newton Paiva

Educação ambiental, tema pouco falado e ouvido antes da década de 70, agora ela está em voga. O homem descobriu que não pode mais usufruir indiscriminadamente da natureza, percebeu, e já passava da hora, que seu bem-estar e saúde dependem da preservação da natureza. Os recursos naturais agradecem. Hoje, não basta gostar da natureza, a lição, nas escolas de ensino fundamental, é aprender a preservá-la para o amanhã. E as crianças demonstram que estão aprendendo muito bem o dever de casa.

Domingo, sete da manhã. Maura Frias, professora da quarta série do ensino fundamental, pula da cama e vai fazer o café. Está atrasada para sair de casa. Mas domingo não é dia de dormir até mais tarde? Não. Hoje é um domingo especial. "Vamos levar as crianças ao Zoológico", explica ela em tom animado. Pedro, de nove anos, está empolgado: moran-

do em um pequeno apartamento em um bairro carente de Contagem, ele tem poucas oportunidades de entrar em contato com a natureza. "Eu nunca vi a girafa nem o leão. Eu acho o leão o mais bonito", confessa ele.

A mãe de Pedro, a doméstica Ceuslene da Silva, de apenas 23 anos, é mais uma vítima da má distribuição de renda e apesar da falta de instrução, sabe que a educação ambiental é importante. "Lá em casa a gente não joga lixo no córrego que passa perto, a gente põe na sacola e espera o caminhão. Eu também sempre falo com o Pedro que não pode jogar lixo no chão", conta ela. Pedro, por sua vez, já sabe o que é coleta seletiva e reciclagem. "As professoras ensinam a gente a reciclar o papel e lá na escola tem uma lixeira pra vidro, uma pra papel, e outra que a gente joga latinha", diz.

Maura acredita que os alunos aprendem mais quando extrapolam os limites da sala de aula. "eles vêem os animais de perto, vêem o que a poluição é capaz de causar e aprendem algumas regras para preservar o meio ambiente. Vão ao Zoológico, a grutas e ao Museu de História Natural, onde aprendem sobre a passagem dos dinossauros sobre a Terra e as diversas espécies. Mas damos preferência aos lugares que não cobram entrada, pois os alunos são carentes e acabam não indo se o custo é alto", explica a professora.

Podemos encontrar um problema semelhante ao vivido por Maura em Ribeirão das Neves, onde grande parte dos alunos da rede pública é carente. Lá, frente aos inúmeros problemas ambientais, a educação ambiental se faz ainda mais necessária.



A estudante Thaís da Costa e a professora Carla Pádua

Mas como colocá-la em prática? Para resolver este desafio, os professores da cidade estão contando com a ajuda dos professores e alunos do curso de Pedagogia do Centro Universitário Newton Paiva.

As alunas do 3º período de Pedagogia, juntamente com a professora Carla Pádua, foram convidadas a integrarem o projeto pelo vice-coordenador do Manuelzão, Professor Polignano. Com muita vontade de trabalhar, as alunas já estão com vários projetos montados. Já formularam várias perguntas sobre ecologia e também sobre o Manuelzão. "Elas estão criando o Show do Manuelzão, um jogo para as crianças aprenderem e também se interessarem pelo projeto, uma forma de educar brincando", afirma a professora Carla.

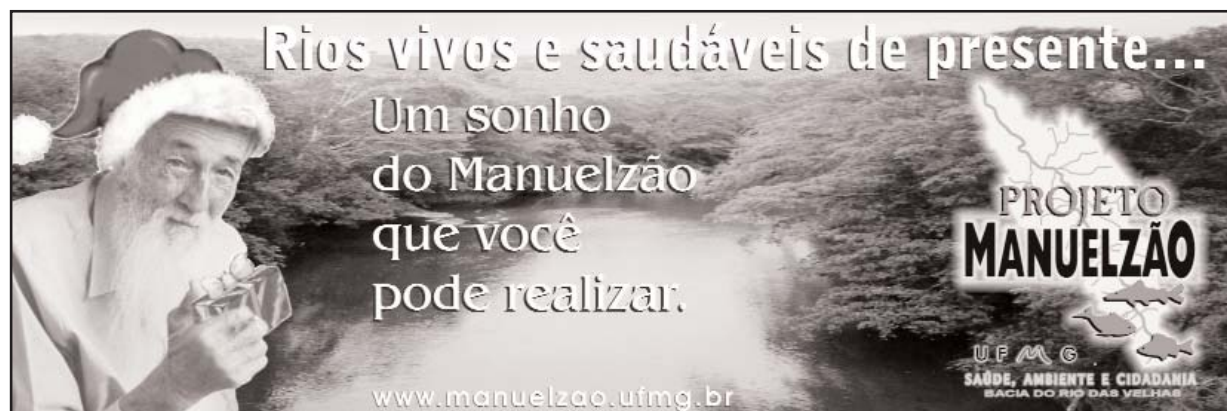
Bastante interessada pelo projeto, a estudante Thaís da Costa desenvolveu dois projetos que pretende concretizar junto ao Manuelzão. Uma gincana pedagógica e um vídeo game, que, se aprovado, vai integrar diversos outros cursos. "É um projeto bastante ousado, mas que se colocado em prática, vai beneficiar não só o Manuelzão, mas a todos os alunos que participarem do projeto".



Alunos em trabalho de campo: aprendizado que extrapola a sala de aula

Manuelzão em out doors

Você que mora em Belo Horizonte, ou visitou a cidade entre os dias 21 de dezembro do ano passado e 3 de janeiro desse ano, pôde ver o Projeto Manuelzão em out doors espalhados por vários cantos da cidade. Foram 15 placas, cedidas pela JZ outdoor. "Pretendemos continuar nossa parceria com o Projeto Manuelzão", conta Rosa Ziller, diretora comercial da JZ. Rosa diz que sua empresa "está sempre ciente das questões ambientais", o que serve como exemplo para outros empresários se integrarem à causa Manuelzão.



Sindicato dos Médicos discute parceria com Manuelzão

O Projeto Manuelzão está firmando uma parceria com o Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, Sinmed/MG, que pode fortalecer as relações que envolvem saúde e meio ambiente. Uma das prioridades visadas pelas duas entidades é o estabelecimento de uma visão mais sistêmica, que equacione as lutas dos médicos por melhores condições de trabalho e vida com o atendimento dos interesses da população. Além disso, esse trabalho pode alavancar um movimento em direção aos Agentes Comunitários de Saúde e o Programa de Saúde da Família, pelo importante papel que eles podem desempenhar caso adotem uma visão da promoção da saúde aliada ao meio ambiente.

Um outro ponto destacado na parceria é o papel chave que assume a água como eixo de monitoramento de saúde, meio ambiente e mobilização social, além de sua relação com a qualidade de vida e o movimento pela Saúde Coletiva no Brasil, que ainda é confundida como Saúde Pública. O Sindicato se propõe ainda a trabalhar com base nos comitês de bacias hidrográficas, pelo papel assumido pela água na demarcação do território.

Postos de combustíveis distribuem Jornal do Projeto

Quem abastecer o carro em algum dos municípios da bacia do rio das Velhas pode ter uma surpresa. Cerca de 120 postos de combustíveis distribuídos ao longo da bacia foram equipados com expositores do jornal do Projeto. A iniciativa surgiu de uma parceria entre o Projeto Manuelzão e o Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de Minas Gerais (Minaspetro). Segundo o presidente do sindicato, Paulo Miranda, a parceria é reflexo da necessidade de os postos também "abraçarem a causa do meio ambiente".

Estagiários em Barra do Guaicuí

Os estagiários da Faculdade de Medicina que atuam no distrito da Barra do Guaicuí, na foz do rio das Velhas, irão realizar outros trabalhos na localidade, além do atendimento clínico. Durante três dias por semana, eles pretendem desenvolver atividades nas escolas e no comitê Manuelzão local. Apresentada na última reunião, dia 19 de fevereiro, essa proposta "começou a ser colocada em prática já na semana seguinte", segundo o vice-coordenador do Projeto Manuelzão, Antônio Leite. Agora, é esperar para ver os resultados.

Reitor da Unibh

O Projeto Manuelzão manifesta seu pesar pela morte de Ney Soares, reitor do Centro Universitário de Belo Horizonte, Uni-BH. Ney Soares faleceu no dia 24 de dezembro último, aos 67 anos. A Uni-BH é uma instituição parceira em vários trabalhos do Manuelzão.

Prêmio em Ouro Preto

O Projeto Manuelzão foi homenageado pelo 6º Troféu Uni-BH Comunidade na categoria meio ambiente, em 28 de novembro passado, em Ouro Preto. O fundador do Projeto Manuelzão no município, Ronald Carvalho Guerra (Ronin), recebeu a premiação junto com alunos da Universidade Federal de Ouro Preto que participam do "Manuelzão vai à escola". Segundo Ronin, "o Projeto vem se destacando na área ambiental na região há algum tempo". Em 2001 o Projeto Manuelzão também foi homenageado. A promoção é da TV Uni-BH Inconfidentes e o prêmio foi entregue durante a solenidade oficial de aniversário da emissora. As entidades que atuam na região indicam os candidatos e os telespectadores em Ouro Preto e Mariana votam nas três entidades que vão ser premiadas. Em outubro passado o Projeto também foi homenageado pela Sociedade Operária São José, nas comemorações do seu centenário.

Polícia ambiental

O professor Apolo Heringer Lisboa, da coordenação do Projeto Manuelzão, recebeu no dia 20 de fevereiro último, homenagem da 7ª Companhia de Polícia Militar de Meio Ambiente pelas ações em prol da causa ambiental na área da companhia no ano de 2002. O comandante Aryone Juarez de Almeida Júnior entregou uma placa ao professor Apolo na festa de comemoração dos cinco anos da companhia que aconteceu no quartel do Prado.



Ex-ministro assume secretaria de Meio Ambiente

O ex-ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, tomou posse no início de fevereiro como secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais. Carvalho inicia sua segunda gestão na secretaria, onde foi um dos responsáveis por sua criação. Em seu discurso, o novo secretário disse que transferirá para esta secretaria a responsabilidade política e normativa dos órgãos vinculados, além de promover a integração dos órgãos ambientais no Estado. Essa ação se dará, inicialmente, através da unificação do sistema de licenciamento ambiental do Estado, criando uma única base de dados. Esse trabalho teve início na gestão dos ex-secretários Paulino Cícero de Vasconcellos e Celso Castilho. Carvalho também revela grande compreensão sobre o trabalho com bacias hidrográficas.

Copasa

Já na Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), tomou posse como presidente, no dia 14 de fevereiro, o administrador de empresas Mauro Ricardo Machado Costa. Juntamente com ele foram indicados os novos diretores da empresa: Carlos Gonçalves de Oliveira Sobrinho (diretoria Técnica e de Meio Ambiente), Carlos Megale Filho (diretoria de Operações Leste), Cássio Drummond de Paula Lemos (diretoria de Operações Sudoeste), George Hermann Rodolfo Tormin (diretoria Financeira, Administrativa e de Relações com Investidores), Geraldo David Alcântara (diretoria de Operações Centro - Norte) e Juarez Amorim (diretoria de Operações Metropolitana). Nesta última diretoria, Amorim substituiu Rômulo Perilli, que na avaliação da coordenação do Projeto Manuelzão teve atuação destacada na adoção de uma nova abordagem para questão da água por parte da Copasa.

O novo presidente da Copasa passou os últimos quatro anos como presidente na Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e em sua posse destacou a importância da empresa ter uma ação efetiva na questão do saneamento básico, com destaque para as questões ambientais. Em seu discurso, ele destacou que "é dever do Estado e direito do Cidadão o acesso a serviços públicos essenciais que possibilitem melhoria da qualidade de vida da população".

Seminário em Santa Luzia

Para tratar de assuntos relacionados ao cuidado dos córregos e suas nascentes e de outros temas ligados ao meio ambiente ocorreu o 1º Seminário Manuelzão, Santa Luzia e o Rio das Velhas. O evento ocorreu na cidade de Santa Luzia, a 40 Km de Belo Horizonte, em novembro passado.

"Traçamos linhas de ação para a melhoria dos córregos", conta Maria Amália Lopes, a "Maná", coordenadora do Comitê Manuelzão na cidade. Ela lembra que já existe uma parceria entre a Prefeitura de Santa Luzia, a Copasa e o comitê para a proteção das nascentes. Durante o seminário, surgiu a idéia de se formar sub-comitês por região, de acordo com a localidade dos córregos.

Alunos lançam livro

Os alunos da 3ª e 4ª série do ensino fundamental da Escola Municipal D. Pedro II lançaram livro que conta a história de dois peixes, que conversam a respeito da situação do rio das Velhas. O evento ocorreu no dia 18 de novembro do ano passado. A escola fica no povoado de Taquaraçu de Baixo, em Santa Luzia, a 40 Km de Belo Horizonte

O livro foi produzido pelos alunos, sob a orientação da professora Patrícia Pereira e a supervisão da diretora, Solimar Bernadete, e da supervisora da escola, Targina Cruz. "O objetivo foi aproximar a realidade do Projeto Manuelzão às crianças", explica Maná. "Queremos conscientizar e sensibilizar os alunos para a preservação ambiental", diz.

A virtude da prudência

Alimentos transgênicos causam polêmica; impacto ambiental é uma das grandes preocupações

Louraidan Larsen

Estudante de Comunicação da UFMG

Daqui a alguns anos, pode ser que esteja à venda em algum supermercado perto de sua casa uma maçã branca. Produzida com o suposto objetivo de possuir maior valor nutricional ou por ser mais resistente a pragas, essa maçã será um alimento transgênico. Conhecidos também como Organismos Geneticamente Modificados (OGM), esses alimentos possuem algum tipo de modificação em sua cadeia genética.

Embora a legislação brasileira proíba a produção e a comercialização de transgênicos, já estão em andamento uma série de pesquisas relacionadas a eles. "Atualmente, temos o mamão, o feijão e a batata resistentes a vírus", conta Edson Watanabe, pesquisador da Embrapa Indústria de Alimentos do Rio de Janeiro. A Embrapa possui 40 centros de pesquisas espalhados por todo o Brasil e vários OGM's estão em desenvolvimento. "Temos que provar que eles são seguros", diz.

Impacto ambiental

Uma das maiores preocupações em relação aos transgênicos é ambiental. "Quando apareceram os agrotóxicos, também se falava que teríamos um ganho enorme de produtividade, além de alimentos saudáveis. Hoje, sabemos os riscos que eles apresentam à sociedade", diz o professor e um dos coordenadores gerais do Projeto Manuelzão, Tarcísio Pinheiro. Ele fala que não se pode prever qual o impacto os transgênicos poderiam provocar na flora e na fauna local.

Segundo o professor, não se trata de ir contra inovações tecnológicas, mas de ter uma certeza sobre as implicações que essas novas técnicas poderiam trazer no meio ambiente. "Quando se introduz espécies exóticas à natureza, é difícil saber os efeitos desse impacto. E a preocupação do Manuelzão é sempre de preservar o meio ambiente", afirma.

As conseqüências ambientais podem ser diversas. Um OGM ainda não bem conhecido, por exemplo, poderia "escapar" e cruzar com outras linhagens. Ele se espalhando, dentre outros efeitos, causaria a redução da biodiversidade. "Embora esse risco seja pequeno, ele existe", afirma o professor do Departamento de Fitopatologia da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Luiz Maffia.

ONG's

No mundo todo cresce a desconfiança por parte de organismos não governamentais a respeito dos benefícios

dos alimentos transgênicos. "Esse 'barulho' das ONG's tem uma razão de ser. Muitos dos dados e políticas são traçados 'em gabinete', sem transparência para a sociedade", alerta o professor Tarcísio. Para ele, as ONG's cumprem um papel importante de vigilância social, "pois trazem à tona questões obscuras".

Os efeitos dos alimentos transgênicos sobre a saúde das pessoas, são também pouco conhecidos até então. "O fabricante desses alimentos precisará provar que esse produto não irá trazer nenhum prejuízo à saúde humana", diz Tarcísio. Para o professor, não podemos esperar que um alimento cause algum dano à saúde, para só depois preocuparmos em saber se determinado produto foi mesmo o responsável por tal dano. "Temos que inverter essa relação", afirma.

Para Maffia, entretanto, o que mais o preocupa na ética da produção desses alimentos é o aspecto econômico. Segundo o professor, empresas transnacionais poderiam vir a dominar esse mercado, o que causaria monopólio no setor. "Os grandes financiamentos e as pesquisas estariam mais interessados nos efeitos positivos dos transgênicos do que os adversos", acredita Tarcísio.

Polêmicas à parte, hoje, a soja e o milho são os princi-



A soja e o milho são os principais alimentos transgênicos desenvolvidos em países que permitem sua produção

pais produtos transgênicos existentes nos países em que é permitido sua produção. É certo que ainda não existem tomates amarelos, muito menos maçãs brancas, e nem se sabe se existirão. Isso só o tempo, a tecnologia e a aceitação da população dirá.

Brasil tem órgão de controle

No Brasil, existe um órgão federal que regulamenta e controla pesquisas sobre transgênicos e derivados. A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNbio) funciona como uma agência reguladora em assuntos que envolvem o uso dessa tecnologia.

"Caso no futuro seja permitido sua comercialização, um alimento transgênico sofrerá todo um monitoramento, que comprove segurança total, antes de ser liberado", afirma Tânia Zucchi, assessora na área de Biotecnologia da CTNbio. Há dois anos, um tipo de soja transgênica, tolerante a um herbicida chamado Roundup, foi liberada pela CTNbio, após comprovação alimentar e ambiental do produto. Porém, uma liminar barrou sua comercialização.

Embora seja também proibida a importação de alimentos transgênicos, há aqueles que entram no país de forma ilegal. "O risco do contrabando é muito grande, e

não há como controlar. Podemos estar consumindo coisas que nem sabemos de onde vem", afirma Tânia. Existem ainda produtos que entram de modo legal, por meio de um ingrediente de alimentos industrializados e não rotulados.

Neusa Brunoro, nutricionista, professora da Universidade Federal de Viçosa (UFV), foi uma das organizadoras do II Simpósio sobre Alimentos Transgênicos. O evento, em que estiveram presente Tânia, Maffia e Edson Watanabe, ocorreu em outubro do ano passado na UFV. Para Neusa, "cada técnica em si não é ruim ou boa por si só, é uma questão de saber como ela será utilizada".

A atual ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, adotou uma postura de precaução: irá acompanhar as pesquisas, promover discussões e só decidir quando houver segurança quanto aos transgênicos.

Córrego Santa Terezinha recuperado, uma conquista do comitê

Silvia Araújo

Estudante de Comunicação da UFMG

Em abril começam as obras de revitalização dos córregos Cardoso e Santa Terezinha, região leste de Belo Horizonte. O projeto consiste na implantação de redes coletoras e interceptoras de esgoto, na construção de ruas e na recuperação de nascentes. O financiamento para a obra de 8,9 milhões de reais será fornecido pelo BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

A recuperação do córrego Santa Terezinha é resultado de uma luta antiga dos moradores do bairro Alto Vera Cruz. Fundadores do primeiro comitê Manuelzão, em 1997, a população já buscava, há anos, soluções para os problemas da região. "A gente fazia levantamento das pessoas que moram na beira do córrego, mas não sabia para onde levar", lembra Alcides Pereira de Souza, membro do comitê.

Segundo Valdete da Silva Cordeiro, coordenadora do Centro de Ação Comunitária do Alto Vera Cruz, o comitê tornou possível a sua vontade de "reunir os órgãos públicos e a comunidade para discutir a melhoria do córrego Santa Terezinha". Hoje participam das reuniões do comitê representantes da Copasa, SLU, Regional Leste, Urbel e Sudecap.

Um trabalho já realizado pelo Comitê, em parceria com a SLU, foi a limpeza do lixo que era jogado no córrego. Hoje o caminhão de limpeza passa três vezes por semana e a maioria da população não joga mais lixo e entulho no rio.

Mas o esgoto que cai direto no córrego continua sendo um grave problema. Os moradores que construíram suas casas nas margens e no leito do Santa Terezinha sempre reclamam das inundações na época das chuvas e do mau cheiro insuportável no período de estiagem.

O comitê conseguiu elaborar um projeto de recuperação

do córrego Santa Terezinha junto à Sudecap. Depois a população participou de duas audiências públicas para buscar a verba necessária a execução da obra. "Na última audiência, em dezembro do ano passado, nós não fomos falar, fomos ouvir, saber quando ia sair o dinheiro para a implementação do projeto", conta Valdete. O financiamento saiu no mesmo mês.

A parte mais delicada de toda a obra será a remoção dessas famílias que moram no entorno do córrego. Os moradores, muitos em áreas de risco, querem sair de suas casas, porém temem que o dinheiro oferecido pelo Proas, programa da prefeitura de Bh que reassenta famílias em áreas de risco ou de execução de obras públicas, não seja suficiente para comprar uma nova moradia. O orçamento do BNDES indica cerca de 10 mil reais como valor para cada casa indenizada.

AVANÇANDO O SINAL VERDE

Os caminhos percorridos por um motorista que dedica boa parte de sua vida ao Projeto Manuelzão

Caroline Delmazo e Jonas Rodrigues
Estudantes de Comunicação da UFMG

O dia-a-dia do Projeto Manuelzão é feito de personagens que muitas vezes passam despercebidos. São pessoas que também contribuem para a revitalização do rio das Velhas, e dedicam-se a atividades que vão desde atender um telefonema a organizar os comitês. Um desses personagens é o motorista Gilson Alves de Souza, que está no projeto desde sua criação, em janeiro de 1997.

Gilson trabalha há 12 anos na Universidade Federal de Minas Gerais. Começou com o transporte central e, há 7 anos, passou a trabalhar na Faculdade de Medicina, pelo Internato Rural. Nessa época, conheceu o Professor Apolo Heringer que, pouco tempo depois, o levou para fazer parte do recém-criado Projeto Manuelzão. Desde então, ele se ocupa principalmente com a função de motorista, transportando os integrantes do projeto para os municípios que compõem a bacia do Velhas. Contudo, outras tarefas como levantamento de patrimônio e dis-

tribuição de jornais também fazem parte de sua rotina.

Em relação às atividades que realiza, Gilson é categórico: "só tem coisas boas". Para ele, o clima de trabalho é bastante tranquilo apesar do ritmo corrido, e os participantes do Manuelzão são como uma família. Quando questionado sobre o que mudou em sua vida após sua entrada no projeto, não teve dúvidas: "passei a ter uma preocupação maior pelas questões do meio ambiente. Criei uma consciência ambiental".

Vida em família

Maior do que seu interesse pela preservação dos rios é o de sua filha Daniela. "Apesar dos 11 anos, ela entende muito mais de meio ambiente do que eu" - comenta Gilson, que é casado há 16 anos. Quando está com a família, gosta de passar o tempo cuidando dos pássaros e de seus cachorrinhos. Pescar, entretanto, não está entre seus passatempos favoritos: "Se depender de mim, os peixes vão permanecer no rio", brinca.

Gilson considera sua vida praticamente definida. Falta apenas realizar o sonho de ter um sítio, em que possa desenvolver as atividades de que gosta, como cuidar de plantas e animais. Esse sonho é possivelmente uma herança dos 11 anos em que viveu no meio rural em sua terra natal, Teófilo Otoni. Logo depois, mudou-se para a região de Venda Nova, em Belo Horizonte, onde reside até hoje.

No princípio de sua vida na capital, Gilson trabalhava no comércio, auxiliando um tio em supermercados e restaurantes. Durante esse período, teve a carteira assinada como motorista, o que dificultou a obtenção de um novo emprego na área comercial após a falência do negócio de seu

tio. Felizmente, em pouco tempo conseguiu emprego no ramo dos transportes, no qual permanece até hoje.

Passageiro ilustre

Gilson conta com orgulho que teve o privilégio de conhecer Manuel Nardy, o Manuelzão, quando ainda era novato na Faculdade de Medicina. Certa ocasião, o professor Apolo pediu para que Gilson o buscasse em Andrequicé, distrito de Três Marias, e o trouxesse a Belo Horizonte. Recomendou muita cautela, pois Manuelzão era uma "jóia preciosa". Além disso, pediu que o motorista não corresse na viagem, e que acompanhasse o ilustre passageiro durante as paradas.

Chegando no distrito, foi fácil encontrar Manuelzão. "Era um senhor grandão, bem alto e magrelão, com aquela barba, bengalhinha e tudo". Assim Gilson descreveu seu novo amigo. Logo que ele entrou no carro, conferiu as horas. Quando Gilson entrou na BR, Manuelzão "esticou o pescoço" para olhar a velocidade. O motorista estranhou aquelas atitudes, já que Apolo havia dito que ele estava bem velho, não ouvia nem enxergava bem.

A viagem prosseguiu, e Gilson não se esqueceu de que não poderia correr. Foi um percurso tranquilo, durante o qual os dois conversaram bastante. Gastou quase o dobro do tempo para chegar à casa de Apolo, em Belo Horizonte. O professor logo perguntou a Manuelzão a que horas eles haviam partido. Ele respondeu, Apolo conferiu o relógio e disse: "Vocês realmente fizeram uma boa viagem". Após esse primeiro contato, Manuelzão pediu ao professor para que todas as suas viagens fossem feitas com Gilson, pois havia gostado muito dele.

Gilson conta que um dos momentos mais tristes de sua vida foi a morte de Manuelzão. Já em seus últimos dias, quando estava internado no Hospital Felício Rocho, quase não enxergava, apesar de manter os olhos abertos. Distinguiu as pessoas através do contato, apertando a mão de quem reconhecia. Nesses últimos momentos, Gilson e Apolo foram visitá-lo. Já no quarto do hospital, Apolo disse: "Manelzão, esse é o Gilson, o motorista". Ao estender a mão em direção a ele, Gilson se emocionou: "Eu senti a pressão da mão dele, eu senti. Logo depois ele nos deixou". Gilson se lembra de Manu-elzão de forma saudosa. "É uma pessoa inesquecível, imortal".



Apoio e patrocínio		Colaboração		SEDE DO PROJETO MANUELZÃO	